

# O mundo como alvo

*Uma genealogia  
da militarização  
contemporânea*

**Paulo Arantes**

**Inédito**



# **O mundo como alvo**

*Uma genealogia  
da militarização  
contemporânea*

**2019**

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

**Categorias:** Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

**Subcoleções:**

**E-books:** livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

**Documentos:** matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

**Mídia:** vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

**Coordenação editorial:** Pedro Fiori Arantes

**Projeto Gráfico:** Paula Astiz

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

---

Arantes, Paulo Eduardo, 1942--

O mundo como alvo [recurso eletrônico] : uma genealogia da militarização contemporânea / Paulo Eduardo Arantes. -- São Paulo : [s.n], 2021.

ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-00-26526-2

1. Filosofia. 2. Ciência política. 3. Poder militar. 4. Capitalismo. I. Arantes, Pedro Fiori, 1974-. II. Título. III. Série

CDD 306.2

---

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

**DOI:** <https://doi.org/10.34024/9786500265262>

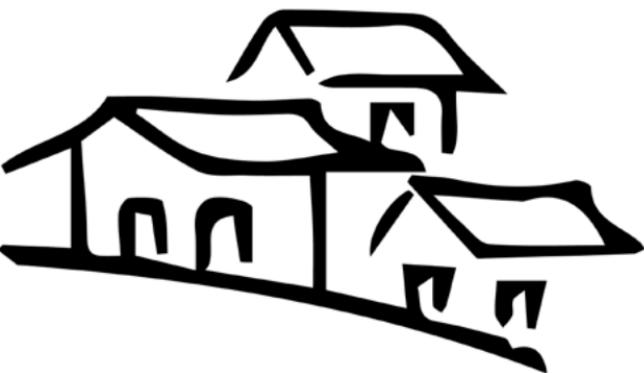


Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**Textos inéditos.**

# **Sentimento da Dialética**

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES







Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Mário de Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família e IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otilia Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otilia e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.



11	<b>Rumo a uma sociedade de alvos direcionados</b>
41	<b>Metafísica militar</b>
41	<b>Uma definição militar da realidade</b>
44	<b>Marco civil</b>
51	<b>Um outro Consenso de Washington</b>
55	<b>Militarismo democrático?</b>
59	<b>Metafísica</b>
65	<b>Sujeito automático</b>
73	<b>Bibliografia</b>



## Rumo a uma sociedade de alvos direcionados

No apogeu dos programas sociais latino-americanos de transferência de rendas monetárias — uma tendência continental de concentrar o gasto social nas transferências em dinheiro vivo, ao invés de expandir a provisão de serviços básicos não submetidos à lógica da compra e venda de bens públicos nos mercados —, consagrados como histórias de sucesso e de *best practices* a serem replicadas mundo afora, chegou-se a difundir com evidente orgulho a narrativa da geração endógena do novo modelo, propagado inclusive por economistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Numa radiografia altamente reveladora daquela inequívoca estratégia de *downsizing* da proteção social em nome dos pobres, a economista Lena Lavinas lembrou que não era bem assim. As ideias originais das transferências condicionadas, ao contrário do que se dizia, não nasceram no laboratório de políticas públicas do Brasil ou do México, mas vieram do Norte.<sup>1</sup>

Segundo Lavinas, conceitualmente, o desenho dos CCT (*Conditionaed Cash Transfers*) deriva da confluência de dois conjuntos de ideias, que passo a resumir na trilha dos achados da autora. O primeiro deles está centrado na ideia de capital humano, quanto ao segundo, concentra-se na ideia de gasto social focalizado, ou mais

1. Lena Lavinas, “21st Century Welfare”, *New Left Review* n.84, nov-dec 2013.

exatamente, no original, “targeting welfare spending”, cuja matriz teórica deriva da economia behaviorista e das “decision theory”. Embora o centro nervoso de nosso argumento acerca da visão do mundo como alvo encontre de saída apoio explícito já no enunciado do princípio do *targeting*, duas palavras, no entanto, a propósito da transposição da teoria do capital humano para o Sul subdesenvolvido em crise violenta de transição. Com relembra Lavinias, a ideia original de Schultz e Gary Becker também comportava uma dimensão apologética por assim dizer nacional, ao explicar a prosperidade americana pela composição elevada do seu *input*, o tal capital humano e seu âmbito de investimentos exóticos. Um diagnóstico sob medida para rebaixar os componentes estruturais responsáveis pela reprodução do subdesenvolvimento nos países pobres, responsabilizando-os pela própria falência continuada, descartando de quebra as teorias rivais da dependência.

Longe de ser um raio em céu azul, a tabula rasa em que o golpe de 1973 converteu o país, tornou o Chile, como se sabe, o laboratório ideal para a Escola de Chicago. Combinando as ideias de capital humano com os princípios do *targeting*, elaborou-se um mapa da pobreza extrema, guiando as primeiras medidas anti-pobreza “focalizadas”, à sombra de uma estratégia complementar, a completa privatização dos fundos de pensão do país. Oficialmente, o alívio a curto prazo da pobreza, graças a uma rede de segurança condicionada, convergiria com os esforços para quebrar os ciclos intergeracionais de pobreza por meio de uma não menos miraculosa acumulação de capital humano. Nas ondas de um choque que se prolongaria até o fim dos anos 80. O capitalismo de desastre principiava sua as-

censão na América do Sul.<sup>2</sup> Quase literalmente podemos dizer que o Chile foi um “alvo de oportunidade”.<sup>3</sup> Aliás bi-fronte, e aos poucos nos daremos conta do caráter estrutural desta dualidade. Frontalmente, o Chile foi ferido de morte por um ato de guerra total. Visto no entanto pelo ângulo oposto, tudo se passa como se a população vulnerabilizada do território ocupado pelos vencedores fosse então encarada como o “alvo” privilegiado de uma política de ordem e segurança social. Assim, nessa dupla acepção, como frente e verso de um mesmo perfil, a palavra chave alvo, por volta dos anos 80, já devia ser de emprego corrente nos manuais e relatórios das agências multilaterais surgidas no imediato pós-guerra, a um tempo voltadas para a reconstrução em meio aos escombros, e à ofensiva de uma nova guerra, dita fria, menos na periferia, quente até o terror branco das ditaduras.

Pelo que se depreende de um artigo satírico de Hans Magnus Enzensberger daquela década de 80, sobre os dois “monstros” criados pelo finado sistema de Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional: a certa altura, um alto funcionário entrevistado pelo escritor, refere-se aos usuários do Banco e do Fundo como “países-alvo”.<sup>4</sup> E justamente um alvo condizente em sua dupla face — de um só golpe atacado e

2. Nos termos bem conhecidos de Naomi Klein, *A doutrina do choque* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008).

3. Não exatamente talvez na acepção que Samuel Weber dará à expressão. *Targets of Opportunity* (Nova York, Fordhan UP, 2005). Logo estaremos às voltas com as escavações arqueológicas do autor em torno da palavra *target*.

4. Hans Maguns Enzensberger, “Bilhões de todos os países uni-vos! Observações sobre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional”, in *Mediocridade e loucura* (São Paulo, Ática, Seleção e notas Marcio Sattin, trad. Rodolfo Krestan, 1995, p.106).

protegido — com a natureza “monstruosa” das duas instituições: tanto o monstro mais durão, o Fundo, quanto o monstro mais maleável, o Banco, correspondem ao significado originário da criatura vista como monstruosa, metade homem metade animal, um composto de grandeza e selvageria, o mesmo completo paradoxo que Hans Magnus discerniu naqueles dois aleijões: “em que outro lugar existe um comitê executivo do capital mundial que se apresenta como amigo e ajudante dos pobre um banco que ergue a bandeira da filantropia, um monstro que endossa a bandeira do altruísmo?”<sup>5</sup> Com efeito. Para atinarmos com o xis da natureza dúplce dessas operações de *targeting* econômico-social, precisamos passar ao segundo conjunto de ideias rastejadas por Lena Lavinas.

É nessa segunda dimensão, onde transitam behaviorismo econômico e teorias das escolhas racionais, que nossa autora se depara com um

5. Idem *ibidem*. Essa natureza dupla que caracteriza o “alvo” a um só tempo asfxiado até a morte e internado numa unidade de tratamento intensivo, encontra-se por toda parte nos dois órgãos disparadores. Do estilo acolchoado do seu dialeto interno, que a Hans Magnus lembra o princípio estilístico de um Rotary Clube (hoje peça de um museu que ninguém visita mais), que reveste o caprichado saco de maldades de suas bem conhecidas “condicionalidades”, aos dois anseios que rasgam a alma fáustica de seus executivos: “ao lado do severo administrador, que rejeitaria indignado a menor suspeita de que se deixa perturbar com acessos sentimentais, preferindo antes mostrar um calmo cinismo, encontramos um acirrado defensor da ajuda ao desenvolvimento, que transforma o problema de seu próprio papel num tema de alto flagelo”. A data dessas observações é tão datada, por assim dizer, quanto o jargão da autenticidade gerencial que animava os monstregos em questão. A atual onda de fundo reativo e sem misericórdia — como nas guerras em que não se fazem prisioneiros — está erradicando tudo isso. Os alvos agora são tratados sem anestesia. É esta mutação que está pedindo identificação, numa era em que, sendo desconhecidos os alvos que se procura obter, é antes de tudo o desconhecido que se torna alvo, na boa observação de Grégoire Chamayou, “Nota introdutória sobre sociedades com alvos direcionados”, *Novos Estudos*, CEBRAP, n.102, julho de 2015.

assombroso personagem, Robert Strange McNamara.<sup>6</sup> Quando era Secretário da Defesa, McNamara incumbiu a famigerada RAND Corporation<sup>7</sup> de produzir relatórios para o Pentágono recomendando a aplicação do pensamento econômico a vários aspectos da estratégia militar. O personagem por certo vale uma digressão. No fundo, uma digressão ao coração do nosso tema. Mas antes, o achado de Lena. Dentre os papers encomendados e recebidos, figurava um dedicado à teoria econômica das alianças, militares no caso, como a OTAN, hoje novamente na berlinda por conta da reviravolta estratégica de Donald Trump. Logo mais um dos autores desenvolveria um tópico específico e uma disciplina por ele mesmo denominada Lógica da Ação Coletiva, a teoria do “*free rider*” — aproximadamente, o carona na garupa viajando de graça —, ato contínuo aplicada ao caso dos gastos muito desiguais com defesa dos países membros da OTAN, os pequenos então pegando carona no descomunal orçamento militar americano. Daí o passo que principiou a mudar tudo no que viria a ser

6. Não exagero, basta rever o notavelmente ambíguo documentário de Errol Morris, *The Fog of War: eleven lessons from the life of Robert S. McNamara* (2003). Para um comentário, Paulo Arantes, “Guerra sem névoa”, *Extinção* (São Paulo, Boitempo, 2007).

7. A biografia da RAND encontra-se em qualquer bom livro sobre os *think tanks* fundados depois da Segunda Guerra, dedicados primordialmente à elaboração das doutrinas estratégicas americanas requeridas pelas novas circunstâncias do conflito nuclear. A RAND em particular (acrônimo para *Research and Development*) estabeleceu-se originalmente com fundos provenientes da Força Aérea e recrutou seus primeiros pesquisadores de preferência nos meios militares. Acontece, como observou certa vez E.P.Thompson, e muitos outros mais na sua esteira, que o sistema de armas baseado em ciência intensiva torna civil o setor militar, ao mesmo tempo em que os civis cada vez mais se militarizam. Ver *Exterminismo e Guerra Fria*, AAVV (São Paulo, Brasiliense, 1985, p.46). Quanto ao precursor no diagnóstico desta convergência e fusão civil-militar, Wright Mills, em meados dos anos 50, nos ocuparemos dele e sua circunstância no primeiro capítulo do presente estudo.

chamado mais tarde de *abordagem econômica da pobreza*: porque não estruturar o programa de assistência aos pobres de modo a maximizar a função-utilidade do contribuinte e seus representantes? A resposta não poderia ser outra: *targeting*. Por exemplo, incentivando os pobres a trabalharem, multiplicando expedientes baseados na bem conhecida ideia de imposto de renda negativo, de Milton Friedman, e por aí vai.

Mas como vimos, todo alvo tem duas faces, ou melhor, responde a dois estímulos contrapostos. Incentivos positivos eram apenas uma parte da operação de direcionamento dos alvos. A maior eficiência das alocações deveria ser obtida igualmente através de restrições impostas aos seus destinatários. Mas não restrições quaisquer inerentes ao contrato normal no mundo da mercadoria, porém o custo pesado de uma verdadeira corrida de obstáculos, dos labirintos burocráticos aos testes constrangedores, chegando enfim à aceitação de trabalhos precários com baixos salários. Enfim, desde então a engrenagem básica do que se convencionou chamar, a partir do laboratório americano, *Workfare State*, máquina punitiva de conversão da ajuda social em trampolim para o emprego sub-remunerado.<sup>8</sup> Esse o princípio do *target*, por definição, desde sua remota concepção original, uma operação de mão dupla. Ora, os CCTs, conclui Lavinias, ancorados nesse mesmíssimo princípio, acrescentam-lhe um “giro filantrópico”: os custos impostos aos seus beneficiários — educação e visitas regulares a um posto de saúde, entre outros — em princí-

8. Para um clássico, Jamie Peck, *Workfare States* (Nova York, Guilford Press, 2001). E para reciclagem punitiva das antigas funções sociais de amparo e proteção, Loïc Wacquant, *Punir os pobres: nova gestão da miséria nos EEUU* (Rio de Janeiro, Revan, 3ª ed., 2007). Para uma visão gráfica desse ordeal, o filme de Ken Loach, *Eu Daniel Blake* (2016).

pio “visam” um efeito benéfico no longo prazo. Numa palavra, tendo em vista a natureza social do alvo, bem como sua dupla natureza, alternadamente escudo protetor e sanção disciplinadora, o tiro não pode ser curto.

O simples emprego metódico do termo alvo sugere que as analogias acima começam a formar sistema. No caso, com nome próprio: Robert McNamara, mais do que apenas um nome e uma data para evocar as origens militares da abordagem econômica da pobreza e vice-versa: por onde começamos, a abordagem econômica da estratégia militar. Dispensado em 1968 do Pentágono pelo fiasco do Vietnã, o incorrigível McNamara recebeu como prêmio de consolação a presidência do Banco Mundial. Dito e feito. Quatro anos depois da primeira mensagem do Presidente Lyndon Johnson à União, declarando guerra incondicional à pobreza no país e assim reinaugurando uma nova onda de metáforas vinculando guerra e reforma social, como nos tempos de Rossevelt,<sup>9</sup> McNamara não deixou por menos e, por sua vez, também declarou sua guerra particular à pobreza absoluta no mundo. No escrito satírico mencionado há pouco, Enzensberger, sem explicar porquê, observa que só mesmo um europeu poderia se surpreender com o fato de que o novo executivo filantrópico tenha tentado administrar sua campanha contra a pobreza da mesma forma como já tinha administrado anteriormente a Ford Motor Company e o Pentágono”.<sup>10</sup> Na verdade, esse entrelaçamento nada surpreendente, antes primordial, de guerra e cál-

9. Para as metáforas militares que balizaram visão da Grande Sociedade durante a presidência Johnson, Michael Sherry, *In the Shadow of War: the United States since the 1930's* (New Raven, Yale UP, 1995, cap. 5).

10. *Op.cit.*, p. 105.

culo econômico, vinha de longe na carreira de nosso personagem. Para resumir logo de saída, a carreira de um *target analyst*. Ao ser mobilizado, McNamara era apenas um jovem professor na Harvard Business School.<sup>11</sup> Perto do fim da guerra, destacado para a Divisão de Controle Estatístico da Força Aérea, iremos encontrá-lo entregue a um sem número de cálculos custo-benefício das operações finais do bombardeio estratégico do Japão, nos moldes da destruição pelo fogo a que as cidades alemãs foram submetidas meses antes. As cidades japonesas, feitas de matéria ideal para combustão rápida eram os alvos mais que perfeitos para as bombas incendiárias. Sob as ordens do famigerado comandante Curtis LeMay, as planilhas de McNamara, seus relatórios e recomendações para incrementar a eficiência em matéria de horas-homem e equipamentos, começaram então a chamar atenção pelas inovações no gerenciamento de risco das missões. Parece que ficaram famosas suas Tabelas de Sobrevivência, cujo detalhamento econométrico chamava tanto a atenção quanto os eufemismos embalando os efeitos da devastação. Digamos que a nova racionalidade em curso, delineando-se ao longo dessa incursão da expertise administrativa civil nos domínios da depredação de massa promovida pela nova guerra aérea — e é bom não esquecer que a bomba atômica nada mais foi do que o último passo na escalada do bombardeio aéreo estratégico —, implicava num estranhamento inédito do alvo, tal a distância crescente entre o desenho lógico da operação e a percepção das vítimas caluniadas pela técnica eufemística referida acima. Sem muito exagero — lem-

11. No que segue, adoto o roteiro de Chris Hables Grey, *Postmodern War: the New Politics of Conflict* (Nova York, Guilford Press, 1997, pp. 134-135).

brando que o exagero, na boa definição de Adorno, nada mais é do que a visão de uma tendência como um processo acabado, mas neste caso, uma visão retrospectiva —, desse novo tipo de militarismo, propriamente civil, mais absoluto, mais terrível que o seu símile militar<sup>12</sup> brotaria a semente das políticas *target-based* que subverteriam as bases meramente compensatórias do Estado Social nascido da grande barganha gerada pelos desastres da Segunda Grande Guerra.

Pois nesse limiar intensamente vivido e racionalizado por McNamara — do incêndio genocida do Japão à escolha e gerenciamento dos países-alvo do Banco Mundial, passando pelo precipício aberto pela Crise Cubana dos Mísseis, em outubro de 1962 — o mundo ele mesmo surgiu como alvo nalgum visor, cuja genealogia certamente nos interessará desvendar. Os alicerces de uma sociedade de alvos orientados foram lançados naquela virada de época: uma tal época, como chamá-la, exatamente? Datas e nomes variam conforme o *golden spike*, mas a ideia é uma só: a ideia de que um alvo visto, e visto precisamente enquanto alvo, é algo a ser destruído. Irei me explicando aos poucos.

12. Na definição clássica de Alfred Vagts, em sua síntese de referência publicada às vésperas do princípio do fim, *A History of Militarism* (1937). Como veremos, o militarismo (na falta de melhor designação) cuja onda estamos furando agora é de novo tipo, mas não só por derivar do enlace alavancado pelo sistema terminal das armas nucleares entre guerra, ciência, indústria e tecnologia — aliança lembrada por E.P. Thompson em sua versão exterminista, citada há pouco — mas por implicar nessa coalescência civil-militar em novo patamar, uma redefinição do campo gravitacional dos “alvos” eles mesmos, sem os quais não vive e carece de propósito a própria engrenagem do pensamento dito militar. Pelo menos é o que tentaremos sugerir.

Estou obviamente abusando um pouco de uma terminologia muito específica. *Golden Spike* é a abreviação coloquial para Global Boundary Stratotype Section and Point, a evidência estratigráfica que justifica a ocorrência de uma real mudança de Época na Escala do Tempo Geológico, no caso, o advento do Antropoceno, correntemente atribuído à Grande Aceleração de meados do século passado. Para uma discussão recente e acessível da divisão da história da Terra em Eras, Períodos e Épocas, e o modo pelo qual se alterou o “clima da história” (Dispeh Chakrabarty) em virtude da referida aceleração das agressões humanas à Biosfera, ver José Eli da Veiga, *O Antropoceno e a ciência do sistema Terra* (São Paulo, Ed. 34, 2019). Os conhecimentos acumulados pelas geociências e pela paleontologia sugerem vários candidatos para a datação do indício do Antropoceno. Parece que o favorito remontaria à virada do século XVII, com os efeitos conjugados da Conquista da América, o comércio colonial e a economia do carvão, pelo menos até ser desbancado pela hipótese mais provável dos picos radioativos deixados na atmosfera pelos testes nucleares, sinais comprovados pelo menos desde 1964. Aqui o entrecruzamento entre os dois tempos, o geológico e o propriamente histórico, à luz do qual abusamos da alusão a um *golden spike* também neste domínio reservado das expectativas políticas por excelência. Trata-se de uma outra evidência estratigráfica, situada entre 2 de outubro de 1942, quando numa quadra de squash na Universidade de Chicago, a energia atômica tornou-se realidade visível na ponta de um marcador que indicava a produ-

ção de nêutrons numa pilha atômica, primeiro passo que levaria à explosão experimental da bomba na manhã de 16 de julho de 1945, no deserto do Novo México. O batismo de época veio poucas semanas depois de Hiroshima e Nagasaki: *The Atomic Age Opens*, título do primeiro livro sobre o tema (cf. P.D. Smith, *Os homens do fim do mundo*, São Paulo Cia. Das Letras, 2008, pp. 307, 340, 371). As traduções variam: Idade ou Era, atômica, no caso. Até que o “acontecimento” Antropoceno (cf. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, Paris, Seuil, 2013) baralhou os tempos numa só Época, conforme o ângulo Antropoceno ou Atomic Age, mas o *golden spike* é um só, os “testes” subsequentes adotados como marcador de ambos os acontecimentos. E mais: já se observou que os tais “testes” não estão “experimentando” mais nada. Na ausência da insularidade técnica característica das situações artificiais de laboratório, desta vez o globo terrestre e o laboratório são coextensivos, a distinção entre o experimental e o operacional perdeu qualquer sentido, mais ou menos na linha de mutação do “militar” que estamos perseguindo (cf. Frédéric Lemarchand, “L’âge atomique”, in Yves Dupont, org. *Dictionnaire des risques*, Paris, Armand Colin, 2007, p. 19). Referindo-se ao *golden spike* comum ao advento do Antropoceno e o desenrolar da corrida nuclear através dos “testes”, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro avançam o sinal e sustentam que as duas Épocas, a geológica e a atômica, ao fim e ao cabo são uma só, e mais, no que concerne a espécie, o fim da “epocalidade” enquanto tal — emendando no diagnóstico, por assim dizer precoce, de Günther Anders acerca da “obsolescência” da História depois

da explosão da bomba sobre Hiroshima: “viver com a bomba” já não é mais viver numa época, como se viveram outras épocas “históricas”, pois a nossa, de agora, não terminará jamais embora sempre se aproxime de seu fim (cf. Günther Anders, *Le temps de la fin*, Paris, l’Herne, 2007). Numa palavra, não se vive mais uma época histórica como tantas outras mas ao “viver com a bomba” vivemos a rigor num decurso de prazo. Diz a lenda que Sartre teria honestamente reconhecido nessa visão insólita de Günther Anders a origem de sua intuição original de algo como uma existência transcorrida num regime excepcional de *sursis*, como se depreende do comentário de Jean-Pierre Dupuy: a partir de agosto de 1945, entramos na expectativa da “segunda morte” de tudo o que existiu, “pois o sentido do passado depende dos atos que ainda virão; a obsolescência do amanhã, seu fim programado, significam não que o passado não tenha mais sentido, mas sim, que ele jamais terá sido” (“Pensar o mal hoje: ensaio sobre o apocalipse nuclear”, in Adauto Novaes, org., *A experiência do pensamento*, São Paulo, SESC, 2010, p. 122). De volta então à nova Época, inaugurada pelo advento do Antropoceno, na escala histórica da espécie responsável por sua irrupção entrópica, o círculo se fecha, como na redescrição de Danowski e Viveiro de Castro: “embora tenha começado conosco, muito provavelmente terminará sem nós: o Antropoceno deverá dar lugar a uma outra época geológica muito depois de termos desaparecido da face da terra” (*Há mundo por vir?* Desterro, Cultura e Barbárie, 2014, p. 16). Faz sentido então lembrar, como no artigo citado de Frédéric Lemarchand, que originalmente a duração medida por uma “época” por alguma razão recorreu para de-

signá-la a uma palavra do repertório grego, a *epoché*, como na suspensão de um juízo — que por exemplo selaria o desfecho de uma crise, caso recorrêssemos à semântica histórica do conceito de Crise. Assim, viver sob a ameaça de uma destruição total da humanidade enquanto gênero e espécie é viver numa nova época que não é mais uma época (histórica) como as que a antecederam, justamente por se tratar literalmente de uma “mise en suspension”. O mundo-como-alvo, e alvo atingido por uma sentença de morte, despontou na abertura deste parêntese cuja data de fechamento se discute há pelo menos setenta anos, quando se discute é claro, pois a cegueira no caso é estrutural. E não é a menor das ironias que uma das versões do argumento que iremos desenvolver se apresente como uma arqueologia da transformação do olho em arma.

Até onde sei, o diagnóstico de que ingressamos faz algum tempo, aliás um bom tempo, numa época — embora conste *Age* na formulação original, já sabemos do que estamos falando — ao longo da qual o mundo tem sido apreendido e concebido como um alvo, e como um alvo a ser destruído assim que percebido, remonta a um ensaio de 1995 de uma crítica cultural, além do mais empenhada numa espécie de revisão crítica dos “estudos de área”, como se designa nos Estados Unidos a pesquisa fartamente subsidiada de sociedades e culturas escolhidas, de preferência em área geográficas sensíveis — no seu caso, Sudeste Asiático.<sup>13</sup> Logo veremos onde entra

13. Rey Chow, “The Age of the World Target: War, Vision and Cultural Politics” (comunicação num colóquio de verão na Universidade de Montana, depois recolhido no livro de mesmo título *The Age of the World Target*, Durham, Duke UP, 2006).

esta circunstância bem no miolo do seu argumento. Como sugerido também, essa época do mundo-como-alvo tem uma data precisa de nascimento, agosto de 1945, e igualmente local de nascimento, Hiroshima e Nagasaki. A Idade do Alvo-Mundo e a Idade Atômica são uma só e mesma “época”. Seu ponto de partida: qual política de “ver o mundo” teria gerado a decisão estratégica de lançar a bomba? Sim, uma “política da visão”, na qual ver é destruir.

Há por certo um longo caminho à nossa espera, na verificação desse teorema bizarro. Por enquanto alguns passos. Alguns deles referem-se à natureza do enfoque original de Rey Chow. E tem a ver com a produção de conhecimento e com o modo peculiar de produzi-lo, ao notar que nos tais “estudos de área”, mais de meio século depois do fim da guerra, os scholars americanos ainda organizavam os esquemas explicativos dos países estudados como quem se confronta com um inimigo a ser dominado, e enfrentado a partir da “imagem” na qual estaria condensado o seu ponto nevrálgico. Não só todo o alvo é uma imagem mas sobretudo as imagens tornam-se alvos preferenciais. Restando saber porquê. Pode não ser uma linha reta, mas não é outra a árvore genealógica dos “países alvos” do Banco Mundial, equivalentes socioeconômicos das “targeted culture areas” recortadas na Ásia, África, América Latina, Oriente Médio etc. Parece a evidência mesmo que as tecnologias envolvidas nas armas nucleares sejam inseparáveis de incontáveis outras tecnologias de percepção e visualização. São lógicas entrelaçadas, a do mundo-como-imagem (por exemplo, apenas uma nuvem na forma de um

cogumelo) e a do mundo-como-alvo, da junção das quais resulta um acontecimento, a explosão da bomba no verão de 1945, da qual decorrem por sua vez consequências no plano das simplificações epistemológicas letais, como no resumo da teoria que resultou no inimaginável por uma simpática formulazinha,  $e = mc^2$ , por sua vez abreviação da equação: “um avião + uma bomba = uma cidade japonesa a menos”. Já não é tão evidente assim a filiação de época, como pretende Rey Chow e não uma época qualquer como estamos vendo, a contaminação da produção do conhecimento, e não só nos estudos de área, pelo vocabulário de guerra compartilhado por ciência e estratégia militar, embora à uma segunda vista pareça de fato um ovo de Colombo: como dito, o problema é a época em que a noção de alvo, que obviamente se perde na noite dos tempos: bárbaros por certo, alcança o relevo por assim dizer metafísico que estamos vendo.

Deixando momentaneamente de lado essa via da banalização do terror quotidiano que suporta a tecnologia do “viver em companhia da bomba”, passemos à outra perna da equação de Rey Chow, sua leitura desbravadora das afinidades eletivas entre guerra e visão, aliás, tais como as desvendou Paulo Virilio, no qual de resto se deparou com a frase já parafraseada de um subsecretário de defesa americano: “a partir do momento em que vocês podem ver o alvo, vocês podem esperar destruí-lo”.<sup>14</sup>

14. Paulo Virilio, *Guerra e cinema* (São Paulo, Boitempo, trad. Paulo Pires, 2005, p. 19).

Reler a história dos bombardeios aéreos ao longo do “século das bombas” é percorrer a trilha da progressiva transformação do mundo num só alvo. Não faltam boas revisões. Por exemplo: Sven Lindqvist, *Maintenant tu est mort: le siècle des bombes* (Paris, Le Serpent à Plumes, 2002) ; Thomas Hippler, *Le gouvernement du ciel : Histoire globale des bombardements aériens* (Paris, Prairies Ordinaires, 2014). Ou ainda, e cada vez mais, conforme avança a exposição, os capítulos pertinentes da *Teoria do drone*, de Grégoire Chamayou (São Paulo, CosacNaify, 2015), que concebe a história dos drones voadores armados como a história de um olho convertido em arma, como lembrado páginas atrás. Como estamos apenas começando, vale o curto circuito ilustrativo da acuidade premonitória de Rey Chow ao divisar nos “area studies” uma muito mal disfarçada prática de ataque e agressão, herdeira de uma redefinição militar da realidade que mais a frente esmiuçaremos enquanto ruptura de época. Pois então, a certa altura de um subcapítulo intitulado Vigiar e Aniquilar, Chamayou transcreve a fala de um analista da Air Force: “hoje, analisar as imagens capturadas pelos drones é uma atividade a meio caminho entre o trabalho policial e as ciências sociais. O foco está na compreensão dos ‘esquemas de vida’ e nos desvios destes esquemas (...) Agora, vocês estão começando a fazer um trabalho de estudo cultural, estão observando a vida das pessoas” (*op.cit.*,p.53). Certamente cedo ou tarde, puxaremos por este fio, o da militarização das ciências sociais, como resumiu recentemente, entre tantos outros, Olivier Koch, “Portrait de l’intellectuel en soldat” (*Le monde diplomatique*, março

de 2019, p. 2). Numa pesquisa em andamento sobre a proliferação dos Núcleos de Estudos da Violência, Brasil universitário afora desde os primeiros tempos da redemocratização, Henrique Monteiro esboça igualmente um retrato do sociólogo “soldado” da segurança pública, ela também objeto de uma abordagem econômica. Esta e outras tantas avenidas abertas na exploração de uma sociedade de direcionamento de alvos, como a seu tempo veremos, não custa insistir. Sem falar nos filósofos em armas, como Perry Anderson se referiu a alguns expoentes do *stabliment* ocidental, no caso, Habermas. Bobbio e Rawls, alinhados nas guerras em série do hoje encerrado ciclo do pós-Guerra Fria, “The Military Philosophers” (*New Left Review* n.31, jan-fev. 2005). Desde então “ver é destruir”, de sorte que a guerra exige, a cada uma das suas gerações, um máximo de visibilidade e iluminação para um máximo de destruição, e não há maior visualização do que a aérea.

O passo a passo da guerra, do “bloqueio” puramente negativo da normalidade, até sua conversão na própria definição positivadora da normalidade, não é reconstituído por nossa autora, cuja hipótese de uma guerra, não como expressão dos mais variados tipos de conflitos, mas como algo referido a si mesmo — “war represents but war itself” — , fica por demonstrar, a começar pela tese decisiva acerca da naturalização da “preemptiveness of seeing-as-destruction”, mesmo tendo deixado a pista não menos decisiva da situação de guerra permanente instaurada pela preeminência de um meio sem fim como a arma nuclear.

Seria injusto pelo menos deixar de assinalar o modo bizarro pelo qual Rey Chow chega por sua conta a esta percepção do estado de guerra contemporâneo como um fim em si mesmo, mais exatamente como uma situação marcada pela autorreferencialidade. Exatamente como a da linguagem, tal como a desconstruíram, para depois reconstruí-la como um absoluto literário, pós-estruturalistas e associados americanos da Ideologia Francesa. Sem tirar nem por. Tampouco exagero se disser que no limite nossa autora está afirmando que a obliteração do mundo pela explosão nuclear é o real e original paradigma da “interrupção da referencialidade” imaginada pela vanguarda da French Theory. O seu paradoxo de partida era então a seguinte incongruência, ou congruência: a partir de um certo momento os estudos de área nos países-alvos, visados pela estratégia geopolítica desenhada pela Guerra Fria e seu guarda-chuva nuclear, passaram a ser conduzidos, e hegemonzados, em nome da redenção dos condenados da terra, pelos mesmos teóricos que haviam rifado a referencialidade do discurso como um resíduo ideológico. Mutatis mutandis — e não é pouca coisa — a mesma ironia objetiva voltou a funcionar nas guerras culturais dos recém iniciados Anos Trump. Tornou-se um lugar comum no bate-boca americano atual identificar, a favor ou contra, um enxerto não menos surreal do repertório desconstrucionista na estratégia negacionista da ultradireita populista. À primeira vista uma alegação farsesca, esta realização distópica involuntária certamente dá o que pensar. Ver por exemplo o segundo capítulo do livro de Michiko Kakutani, *A morte da verdade: nota sobre a mentira na Era*

*Trump* (Rio de Janeiro, Intrínseca, 2018). Pelo sim pelo não, uma reconstituição desses ziguezagues ideológicos deveria recomeçar pelo seu esquecido marco zero: empreendida no calor da hora, por Christopher Norris, a refutação da falsa boutade de Baudrillard acerca do caráter hiper-real da primeira Guerra do Golfo, mais conhecida como Operação Desert Storm. Como talvez se haverá de lembrar, poucos dias antes da guerra estourar, Baudrillard publicou um artigo declarando que tal guerra jamais aconteceria, pois até então sua espetacular campanha preparatória fora de fato uma vasta operação de “dissimulação” que se confundia com o dado elementar de nossa era nuclear, a saber, que o discurso da guerra havia se substituído ao próprio evento guerra, que por sua vez, não explodiria mais como nos bons tempos em que havia uma realidade meramente real. Finda a dita guerra que, ao contrário da batalha naval de Aristóteles, teve lugar, Baudrillard não se deu por achado: em um artigo no *Libération* de março de 1991 enumerou exaustivamente todos os fatos militares daquela carnificina high tech, porém não abriu mão de sua tese da guerra simulada: naquela alucinação de massa nada havia sido de fato vivido, etc. (Christopher Norris, *Uncritical Theory: Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War*, Amherst University of Massachusetts Press, 1992). Aquele sobressalto escandaloso no auge da irradiação americana da Ideologia Francesa hoje é peça de museu. Que no entanto pode e deve ser desarquivada, pois afinal não deixa de ser o elo perdido no argumento de Rey Chow que está nos interessando desenvolver agora, a conversão ou reconversão, do mundo em alvo nos inícios da Era Nuclear: e o que

é um alvo senão o referente por excelência? Chegaremos lá. Nesse roteiro deveremos levar em conta pelo menos um outro capítulo central das peripécias da Desconstrução, reconsiderada pelo prisma da Guerra Fria e que figura no inventário polêmico de Christopher Norris. Refiro-me ao ensaio não menos escandaloso de Derrida, publicado em 1984, abrindo caminho para o efeito Baudrillard. Poucos anos antes, e a Guerra Fria encaminhando-se para o seu fim: “No Apocalypse, not Now: Full Speed Ahead, Seven Missiles, Seven Missives” (*Diacritics*, vol. XIV, n.12, 1984). Desta vez é a própria guerra nuclear que se esfuma, e como ainda não ocorreu, essa guerra nada mais é do que um “referente fictício” (cf. Christopher Norris *op.cit.*, pp. 38-47). A própria lógica da dissuasão nuclear bem como toda a racionalidade do discurso estratégico nuclear nada mais seria do que uma escalada retórica. Também aqui, sobretudo aqui, não há nada fora do texto chamado “pensamento estratégico”: Crise, decisão e escolha, essas antigas formas de segurança ontológica, a Era Nuclear nos confiscou. E por aí vamos até o juízo de época central: a desconstrução não só pertence mas se confunde com a Idade Atômica. Por certo voltaremos ao ponto.

Dito isso, resta a hipótese geral de nossa autora, Rey Chow, acerca da verdade última da conversão desse impulso contínuo e persistente em tomar o mundo como alvo na forma fundamental do conhecimento produzido no estudo das áreas designadas pelo complexo acadêmico-militar: de onde vem tamanha e fatal inabilidade para lidar com os “outros”, com a alteridade inerente a essa condição, para

além da esfera delimitada pelo horizonte visual de um avião de bombardeio? Sua resposta, “xenofobia”, palavra cuja sobrecarga infamante denota sobretudo preconceito, sem ser falsa, arrisca deixar escapar todo o arco histórico do diagnóstico, a procura do qual, aliás, estamos a caminho. Deixando de lado a muleta da palavra-ônibus xenofobia, fica a percepção de fundo do Outro como alvo e mais, o porquê dessa função precisar ser permanentemente preenchida.

Como sabemos, esse o grande lugar-comum do nosso tempo pós-Guerra Fria. Com os comunistas fora do combate, outros candidatos ocuparam a vaga, a lista além de bem conhecida estende-se indefinidamente ao sabor da conjuntura de desagregação em que vivemos, e como Rey Chow está baseada no Estados Unidos, sua lista pessoal é encabeçada pelas guerras por analogia: à pobreza, às drogas, à criminalidade, aos imigrantes, etc... até o atual genérico dos alvos, os indivíduos radicalizados para o terror. O cenário é conhecido. Porém, como lembrado, toda a história da guerra aérea e do bombardeio estratégico que lhe corresponde, principia pelo critério de escolha dos primeiros alvos: Líbia em 1911 pela Força Aérea Italiana; no ano seguinte, aldeias rebeladas no Marrocos pela Força Aérea Francesa; mesmo padrão na guerra química inglesa no Iraque dos anos 20, e por aí vamos. Sem surpresa, periferia colonial, um vasto universo de alvos desde a sua invenção pela expansão ultramarina do capitalismo europeu. Desfecho lógico, a decisão de lançar a Bomba sobre o “absolutamente outro” Japão — mas não tão outro assim a ponto de não replicar a mesma estratégia em sua periferia asiática. Dito de outro modo, o primeiro nascimento do mundo-como-alvo data de dois acontecimentos explosivos e geminados: a Acumulação Primitiva e a Conquista, só que neste último caso, o alvo era literalmente um Novo Mundo. O

Velho só se tornará alvo, em sua acepção contemporânea, a partir de Guernica, culminando no *carpet bombing* das cidades alemãs.<sup>15</sup> A hipótese de Rey Chow amadureceu entre o atentado miliciano-supremacista de Oklahoma City de 1995 e o 11 de Setembro. Por isso também notou desde o início que a xenofobia “can backfire”: mais além das Torres Gêmeas e assemelhados, “americanos inocentes” estavam se tornando seus próprios “outros”, alvos e disparadores de um mesmo espasmo de violência, fechando-se assim o círculo vicioso do mundo-como-alvo.

Salvo engano, resta um outro círculo, senão vicioso, pelo menos hermenêutico: não me parece nada ociosa a curiosidade pela precedência ou implicação mútua, saber se a concepção do mundo como um alvo decorre de uma “definição militar da realidade” (veremos no capítulo seguinte que esta fórmula tem autor e data), ou, bem menos óbvio, discernir nesta última as digitais de uma ontologia mais profunda em que ver já é aniquilar pelo simples gesto de identificar o alvo. Aliás, Virilio não estava dizendo coisa muito diferente, ao situar no dispositivo tiro-câmera a origem do cinema.<sup>16</sup>

**15.** A propósito, uma circunstância que teria abreviado o argumento de Rey Chow e que me escapara por mais evidente que fosse a equivalência terminológica. Os bombardeios estratégicos da Alemanha pelos Aliados também eram chamados no início *area bombing*. Daí aos estudos... Só me dei conta, relendo *Guerra Aérea e Literatura*, de W.G. Sebald: a certa altura de sua meditação acerca da lógica que ditou a destruição das cidades alemãs, lembra que um de seus patrocinadores, Churchill, já se referia à iniciativa, concebida como um ataque “absolutely devastating exterminating”, como *area bombing* (São Paulo, Cia das Letras, 2011, pp. 22, 23). Então: até Guernica tais operações eram denominadas por seus executores *colonial bombing* (cf. Chris Gray, *op.cit.* p. 131).

**16.** Assim como para um soldado em combate a função da arma é uma função do olho, para todo cineasta dos primeiros tempos à cata de assunto, “todo indivíduo, homem ou mulher, é um alvo nervoso em potencial”, *Guerra e Cinema* (ed.cit. p.84).

Voltemos então ao início dessas considerações, mais precisamente à pista fornecida por Samuel Weber, intrigado há mais de quinze anos atrás com a circulação inflacionada da palavra alvo.<sup>17</sup> Sua primeira providência foi uma modesta pesquisa etimológica. Seguida de uma leitura de jornal. Originalmente, e em várias línguas europeias, *targa* significava escudo. Primeira surpresa, à luz do que precede. Um escudo leve e portátil que os arqueiros carregavam para o combate. O nosso famigerado alvo (*target*) era assim um dispositivo de proteção e defesa — ainda numa acepção neutra da palavra dispositivo, tão sobre-carregada de sentido depois de Foucault. Aos poucos, sabe-se lá em que circunstâncias, o que era substantivo adquiriu forma verbal, e com ela, *targeting* assumiu um outro significado, manifesto inclusive no desejo de proteger e oferecer segurança. Infiltrou-se assim um certo senso de perigo, sentimentos de ansiedade e medo, estabelecendo-se o nexo para lá de ambivalente entre um anteparo protetor e uma atividade que procura atingir, golpear, ferir ou ainda assumir o controle de algo mais ou menos distante. Difícil não ver nessa oscilação originária entre defesa e ataque, proteção e aniquilação, no coração antigo da palavra-chave que parece estar abrindo toda uma época, a raiz da ambivalência mesma, o duplo registro dos programas sociais “focalizados” do qual partimos. A mesma vulnerabilidade que atrai o amparo individualizado acelera um impulso radical de supressão. Na via ascendente que se sabe, culminando no ápice retratado há pouco, a função digamos ofensiva tornou-se preponderante, a ponto do simples ato de “visar” algo ser percebido como um gesto carregado de ameaças.

17. Samuel Weber, *Targets of Opportunity*, ed.cit.

Quanto às notícias de jornal, elas giram em torno de outro jargão geminado, o jargão da oportunidade, para variar imperdível, que a famigerada “janela de oportunidades” aberta pelo 11 de Setembro levou a um novo ponto de ebulição. Numa palavra, a elevação ou promoção de um evento, “oportuno” em mais de um sentido, à categoria de alvo, a compreensão de toda oportunidade como um alvo a ser “atingido”.<sup>18</sup> Quando a guerra do Iraque apodrecia apenas um ano depois de iniciada, os jornais começaram a divulgar o teor das deliberações do gabinete de crise no *day after* dos ataques de setembro, menos de um dia depois aliás, acerca da melhor resposta, trivialmente onde e como contra-atacar, ainda que não faltassem cenários onde encaixar aquela “oportunidade” esperada há um bom tempo — mais ou menos nos moldes em que Roosevelt ansiava por uma provocação japonesa e sabia que ela estava a caminho. Já naquela primeira hora, o então Secretário de Defesa Rumsfeld ranqueava (sic) os alvos, sugerindo começar logo pelo Iraque, onde estavam os alvos mais gordos, ao passo que as cavernas do Afeganistão não ofereciam nada que merecesse um bombardeio de primeira linha. Naquele mesmo março de 2004, também se especulava nos jornais a respeito da nova tática terrorista nos atentados de Madri: operando através de células descentralizadas, saiam pelo mundo a cata de alvos, guiados exclusivamente pelo senso fanático imediato da “oportunidade” que se apresentasse. Alternando os papéis, caçadores e caçados compartilhavam a mesma tecnologia de busca e identificação de “alvos de oportunidade”.

**18.** Como notado anteriormente, pouco tempo depois Naomi Klein iria encarar pelo mesmo prisma a janela de oportunidades aberta pela devastação do Katrina: mesmo choque, mesmo pavor, esteja o alvo em Bagdad ou New Orleans.

Nosso autor começou então a juntar as pontas. Primeiro lembrando-se da origem militar da expressão. Durante a Segunda Guerra, os pilotos americanos, voando de volta para a base com a missão cumprida, viram-se encorajados a procurar novos alvos extra programa porventura encontrados pelo caminho: eram os tais “alvos de oportunidade”. Segundo, notando que nas últimas décadas a expressão já se encontrava aclimatada no mundo civil, por exemplo no recrutamento acadêmico de candidatos por assim dizer de ocasião — ele mesmo tendo sido objeto de uma operação deste tipo, aliás só possível no âmbito do peculiar capitalismo acadêmico americano. Ainda mais próximo do espírito do ato original do *targeting* — para o qual não é simples encontrar o equivalente exato em português, excluído o literal porém execrável “alvejar” —, a prática dos astrofísicos no manejo programado de telescópios de alta complexidade, autorizados a contrariar o programa e observar a queima-roupa eventos tão efêmeros quanto imprevistos, a capturá-los antes que pereçam: ao nomeá-los alvos, desencadeia-se algo como uma resposta rápida e “focada” naquela chance única. Foi assim que a Guerra do Iraque foi antecipada de algumas horas porque os Serviços de Inteligência haviam localizado a casa onde Sadam se abrigaria naquele exato momento, a ser explorado ato contínuo: ainda sem saber que os misseis chegaram atrasados, as manchetes na televisão anunciavam “target of opportunity seized”.

Assim que viu a frase alvo de oportunidade empregada entre aspas de citação, Samuel Weber principiou suas escavações. Nesse entrecruzamento entre o militar e o civil, o que torna um evento alvo? Sendo além do mais letrado e erudito, partiu sabendo que iria sem dúvida redescobrir a pólvora, a saber, que sendo a conexão entre conhecimento e visão constitutiva da chamada

tradição ocidental, cedo ou tarde toparia com alguma configuração ancestral, vinculando sobrevivência, visão, conhecimento e alguma coisa com jeito de alvo, assim com a recém declarada oficialmente guerra ao terror se apartava do paradigma da guerra tradicional para reativar as pulsões bárbaras da caça. Não posso agora reconstituir todo o seu enredo de analogias e filiações, que remontam do mundo grego a Freud, passando por Carl Schmitt (como era de se esperar: o que é o “inimigo” numa decisão política senão um “alvo”?) Até a extravagância luminosa de Benjamin ao reinterpretar o capitalismo como religião — que a bem dizer é o mundo de alvos “culpados” (e endividados...) em que nos debatemos atualmente. Por exemplo, o intrincado modelo de correspondências reativando a distinção entre *skopos* (alvo, por certo) e *telos*, por meio do qual os estoicos nuançavam a noção de fim, entendido tanto como término quanto consumação, até o limiar de uma outra distinção fundamental entre o alvo (?) de uma pulsão (*Ziel*, *goal*) e o seu objeto na metapsicologia freudiana. O sinal de interrogação se deve à acepção rebaixada do *escopo*, o alvo propriamente dito desde os gregos, por contraste com o inalcançável do fim, quase sempre um fim último (*Endziel*), e também ao fato de que é toda uma filosofia da história que esta disjunção entre Alvo e Objeto do desejo subverte.<sup>19</sup> Ao longo do caminho entre os dois pontos, o ato de mirar, apontar, visar, alvejar, acertar ou não, e tudo o mais que se enreda em sua trama, vai se tornando cada vez mais um ato de

19. E no limite anula, se Bento Prado Jr. tem razão: “Entre o alvo e o objeto do desejo: Marcuse crítico de Freud” (in Aduino Novaes org., *O desejo*, São Paulo, Cia das Letras, 1990).

vida ou morte, cujo campo gravitacional é o da vigilância, do tribunal, da sentença, em suma, emanações de uma soberania qualquer, como quem governa selecionando alvos, numa palavra, o poder de tratar o outro como *scopos*, que brota da diferença entre ser simplesmente algo que está à vista, e algo *sighted*, isto é, descoberto, localizado, identificado e assim na iminência de ser abatido. Conhecemos a escalada, o simples ato de apontar como quem designa um alvo tornou-se um ato banalizado de violência.

Todo esse mal resumido périplo, para voltarmos às origens, à metáfora ancestral de toda atividade intencional? Como disse, os ensaios de Samuel Weber evoluem deliberadamente em torno dessa afinidade primordial entre a caça-combate e o conhecimento. Nada de novo neste *front*, que de resto Nietzsche não redescobriu sozinho, ruminando sua revanche num fim de século de sonâmbulos se encaminhando para uma trincheira única e colossal. A enésima evocação da metáfora fundadora do arqueiro em Platão e Aristóteles interessa-lhe justamente pelo calafrio provocado pela simples menção da palavra *targeting* como paradigma da ideia mesmo de pensamento, pelo menos desde que se compreenda o que no fundo significa “acertar” em matéria de conhecimento. Sei que estou mudando de registro e circulando sem mais entre conhecimento e pensamento, mas por ora não é tão grave assim. Numa palavra: “*thinking is hitting the mark, making the point: targeting*”. Quem enuncia visa o ser, diz o Estrangeiro no Sofista, como o arqueiro visa o alvo.<sup>20</sup>

20. Entre tantas outras incontáveis remissões possíveis ao trecho consagrado de Platão, recorri à uma frase de Luiz Henrique Lopes dos Santos, ao apresentar sua tradução do *Tractatus* de Wittgenstein (São Paulo, EDUSP, 1994, p. 22), tentado pela reverberação imediata do título de seu ensaio introdutório, “A

Tiro ao alvo, a começar pelo arco e flecha, e teoria do conhecimento formam assim um sistema originário de vasos comunicantes, seja lá o que teoria do conhecimento queira dizer numa hora em que sua descendência nas ciências cognitivas integram o arsenal das atuais Neurowars. Quanto às mutações do alvo e os meios de visá-lo e atingi-lo, pode-se dizer que a revolução tecnológica nos assuntos militares a rigor comprovou o miolo bárbaro da modernidade, como Veblen jamais perdeu ocasião de assinalar.

Como ficamos? Pelo menos com o benefício de uma viagem redonda, no caso, a longa viagem de ida e volta da persistente e inamovível função do visar-mirar-alvejar como paradigma fundador do ato mesmo de pensar, do modelo clássico grego, passando pelos escolásticos, até alcançar a “intencionalidade” dos fenomenólogos, que justamente esperavam escapar da maldição “representacional” do conhecimento como adequação entre o intelecto e a coisa, de permeio o espaço a ser percorrido pela flecha em busca de seu alvo

essência da proposição e a essência do mundo”. Sem querer avançar demais o sinal, é difícil esquecer a presença do arqueiro e seu alvo no ato enunciativo inaugural, cuja quintessência culminará, nem tanto apenas no fim de linha lógico bem conhecido do primeiro Wittgenstein, mas sobretudo no caráter literalmente autodestrutivo das frases do seu Tratado, concentrado no gesto final vanguardista da escada descartada após a escalada por meio de proposições no fundo *unsinnig*: e só assim ver o mundo corretamente. Como alvo? Com exagero e tudo, seria esta a essência do mundo? Afinal visada por um ato enunciativo por assim dizer total, sem resto, pois não há nada fora do texto, ou por outra, do espaço lógico. Mas o que esperar do misticismo lógico que os intérpretes lhe atribuem, senão iluminações? Exagerando um pouco mais ainda na escala das iluminações, difícil não pensar noutro místico racional, físico matemático ainda por cima e coordenador do Projeto Manhattan, Robert Oppenheimer, diante da revelação do sublime nuclear no deserto do Novo México. Quem sabe o mundo totalmente esclarecido por aquela explosão — espécie de *Aufklärung* absoluta e instantânea — algo manifestaria da relação inefável entre sua essência e a de todo ato enunciativo e seu invariável fim, acertar o alvo. Está claro que nada disso é um argumento, quando muito um ainda vago juízo de época.

verdadeiro, lá fora. Pois é, no coração mesmo do ato de consciência pulsam ainda os laços de família entre o escudo protetor original e essa outra atividade que procura “golpear”, ou assumir o controle de um objeto entrevisto à distância.<sup>21</sup>

Evocado de saída este ato fundacional, nosso autor passa à ordem do dia, isto é, abre os jornais com as notícias das guerras em curso. Mas é apenas o subtítulo da obra que enuncia o seu real assunto, sem no entanto em momento algum voltar a abordá-lo de frente: *a militarização do pensamento*. Uma fatalidade de nascença? Resultado fortuito cristalizado ao se dobrar uma esqui-

**21.** A propósito da “intencionalidade” dos fenomenólogos, Samuel Weber observa que a raiz da *intentio*, com a qual procuravam escapar da armadilha das teorias do conhecimento que Sartre chamara de alimentares, ainda tem a ver com a tensão original do esforço de vergar um arco e, por via de sucessivas superposições de significados, qualquer esforço requerido na superação da distância entre um presumido sujeito e seus fins. Vá saber qual sexto sentido teria guiado o Sartre dos anos 1930 na escolha das imagens de devoração ao repudiar um século de filosofia universitária, para a qual o espírito, tal qual uma aranha, “atraía as coisas para a sua teia, cobria-as com uma baba branca e lentamente as deglutia, reduzindo-as à sua própria substância”: “ó filosofia alimentar” para a qual “conhecer é comer” (“Uma ideia fundamental da Fenomenologia de Husserl: a intencionalidade”, *Situações I*, São Paulo, CosacNai-fy, tradução Cristina Prado, 2005, p. 55). Certamente entroncando na mesma linhagem que anos mais tarde levaria Adorno a comparar os sistemas filosóficos clássicos — em primeiro lugar, o mais espiritualizado de todos, o Idealismo Alemão — há uma imensa barriga, “uma barriga que se tornou espírito”, depois de engolir o mundo à sua volta com a avides de um predador faminto, acrescida porém de um suplemento decisivo: “predadores são famintos; o salto sobre a presa é difícil e com frequência perigoso. Para que o animal se arrisque a dá-lo, ele necessita certamente de impulsos adicionais. Esses impulsos fundem-se com o desprazer da fome na fúria contra a vítima, fúria essa cuja expressão a terroriza e paralisa convenientemente. No progresso que leva até a humanidade, isso é racionalizado por meio da projeção [...]. O ser vivo que se quer devorar precisa ser mau.” T. W. Adorno, *Dialética negativa* (Rio de Janeiro, Zahar, tradução M. A. Casanova, 2009, pp. 27-8). Quando esse progresso completar sua curva regressiva no fascismo, aqueles mesmos esquemas de projeção sublimados ao longo do processo civilizatório retomam sua fúria primordial na percepção da vítima como inimigo. Com sorte teremos quem sabe esbarrado numa das linhas evolutivas do vir-a-ser alvo do mundo. Desde que atinemos com as razões e a hora histórica de seu desfecho militar.

na calamitosa nalguma dialética da modernização, seja lá o que esta última possa significar, talvez a gramática mesma do capitalismo histórico? Seja como for, todo um enxame de conjecturas nos aguarda. E para começar, visto que a primeira implicação desta nem tão enigmática assim militarização do pensamento culminou numa visão do mundo como alvo iluminado pelo cogumelo atômico, não vejo melhor fio da meada do que o motivo condutor de Wright Mills em sua interpelação de vida inteira da elite americana do poder, por ele mesmo identificado e chamado de *metafísica militar*.

# Metafísica militar

## Uma definição militar da realidade

Precisamente nestes termos, em meados do século passado, Wright Mills, nos capítulos centrais do seu Manifesto de quatrocentas páginas contra a elite do poder, caracterizou uma verdadeira ruptura de época na cena americana, até então embalada pelo mito fundador de uma nação vacinada contra a peste do militarismo europeu. Pois aquela relíquia bárbara ao que parece ressuscitara, paradoxalmente na esteira de uma vitória esmagadora contra as Potências do Eixo, justamente as nações que levaram a militarização da Europa e do mundo ao seu auge verdadeiramente apocalíptico.<sup>22</sup> A partir de 1945, impulsionado por um novo e mais terrível sistema de armas, nucleares no caso, uma segunda e definitiva hecatombe estaria a caminho: daí a imaginação em choque do sociólogo, diante do retorno dos senhores da guerra, em face da crescente ascendência dos homens da violência militar, e a consequente definição da realidade nos seus próprios termos.

Publicado em 1956, a bem dizer ainda no rescaldo da Guerra da Coreia recém finda (ou melhor, interrompida por um armistício cuja irresolução perdura até hoje, todas as armas ainda engatilhadas), o livro devia trazer bem fresca nas entrelinhas a memória da queda de braços entre o pre-

22. Wright Mills, *A elite do poder* (Rio de Janeiro, Zahar, tradução Waltensir Dutra, 1962, caps. 8 e 9).

sidente Truman e o todo poderoso comandante das Forças de Ocupação no Oriente, o general MacArthur, cuja insubordinação não só tangenciou um ataque nuclear à China mas sobretudo ensaiou um assalto direto ao princípio do controle civil. Evocando num artigo recente aquele corpo a corpo civil-militar à beira do precipício nuclear, o historiador Andrew Bacevich não resistiu à tentação de rastrear de general em general as voltas dadas no parafuso do poder presidencial em torno do governo da Bomba e seus derivados até a atual revoada de generais à volta de Trump.<sup>23</sup> Embora não tenhamos ainda dado sequer um passo na direção do nosso ponto de partida – uma primeira aproximação daquela “definição militar da realidade”, que para Wright Mills já estava assumindo as proporções assustadoras de um verdadeiro senso comum, cristalizado por exemplo na percepção de que “todo homem e toda nação é amigo ou inimigo, e a ideia de inimizade se torna mecânica e maciça”<sup>24</sup> –, não custa chamar a atenção desde já para a periodização à primeira vista contraintuitiva de Bacevich. A seu ver, ao

23. Andrew Bacevich, “The greatest person then living”, *London Review of Books*, 27 jul. 2017.

24. Não dá para saber até onde Wright Mills tinha conhecimento das elaborações sombrias de um Carl Schmitt acerca do par amigo/inimigo. Mas o *revival* involuntário mal desencadeada a Guerra Fria não deixa de ser um pressentimento do Inimigo Absoluto por vir, sem falar, por exemplo, no diagnóstico da cena contemporânea dominada pela relação de inimizade, segundo Achille Mbembe (*Politiques de l’inimitié*, Paris, La Découverte, 2016). Quanto a uma provável descrição da frase citada de Wright Mills como manifestação de um novo senso comum se alastrando pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, ver o estudo de Catherine Lutz sobre o não tão lento assim envenenamento cultural de uma cidade americana tomada pela prontidão militar permanente. *Home Front* (Boston, Beacon Press, 2001, p. 86). Tampouco será mera curiosidade lateral lembrar que apenas encerrada a Guerra Fria, um expert francês em assuntos político-militares, muito requisitado pelo *establishment*, observou que a “ordem” encarnada pelas armas nucleares foi o único “senso comum que a humanidade conheceu até o presente”, de sorte que nenhum arranjo diplomático poderá substituir a autoridade da morte garantida pelo equilíbrio do terror. Philippe Delmas, *Le bel avenir de la guerre* (Paris, Gallimard/Folio, 1995).

longo dos altos e baixos da Guerra Fria, os militares foram por assim dizer mantidos em banho-maria, para só então, encerrado o conflito, e quaisquer que sejam as fantasias acerca de um retorno da Guerra Fria, retomarem o curso daquela ascensão inédita que Wright Mills assinalara sessenta anos atrás.

Uma outra redefinição militar da realidade? Seja como for, e avançando mais uma vez o sinal dos tempos, não será demais lembrar que está aumentando rapidamente o número de cidadãos que apoiam um eventual governo militar nos Estados Unidos, com todas as letras, “uma rematada ditadura militar”, nas palavras do cientista político que conduziu a pesquisa.<sup>25</sup> Observo de passagem – para obviamente voltar ao ponto –, que sem chegar a aflorar nas sondagens o desejo extremo de uma intervenção militar como nos tempos da Guerra da Argélia, na França é ainda tão ou mais nítida a visão, crescentemente plebiscitada, das Forças Armadas, não mais como último recurso mas como de fato o primeiro socorro face a uma nova emergência ainda por definir.<sup>26</sup>

De volta ao cenário inaugural do juízo histórico de Wright Mills envolvendo a conversão da percepção militar da realidade no senso comum de nossa época, é preciso observar que sua memória em estado de alerta do braço de ferro Truman/MacArthur era de fato parcialmente tributária da narrativa nacional segundo a qual a descentralização dos meios de violência, propiciada igualmente pelo nível técnico acessível do armamento rotineiro num país em que praticamente todo homem era um atirador e cada voto era

25. Yasha Mounk, *O povo contra a democracia* (São Paulo, Cia. das Letras, 2018, pp. 135-9).

26. Isabelle Lasserre, *Le réveil des armées* (Paris, JC Lattès, 2019).

ao mesmo tempo um rifle, em suma, a compreensão de que a nação até então só se livrara da danação dos exércitos permanentes e sua congênita vocação ditatorial porque repassara para a responsabilidade direta do povo, em princípio organizado num sistema de milícias de cidadãos armados, toda a violência acumulada numa República Escravista em guerra permanente, ora de extermínio direto e a prestações das populações originárias, ora através da expansão territorial espoliadora. Noutras palavras – não exatamente as mesmas de Wright Mills –, a violência própria de uma sociedade de fronteira tornava redundante e arriscado o padrão europeu de monopólio militarizado da força armada. O retorno dos senhores da guerra vitoriosos na Europa e na Ásia não vinha assim represar nenhuma onda pacificadora interna, vinha sim subverter brutalmente os termos da equação civil-militar, digamos assim para simplificar. Tal a força inercial do lugar comum, que um historiador tão à contracorrente como Bacevich deixou escapar o mais saliente efeito daquela redefinição militar da realidade precocemente identificada por Wright Mills: o poder civil, personificado pelo presidente que simplesmente demitiu o general recalcitrante, já estava inteiramente militarizado, e não apenas pela ordem tremenda de lançar a Bomba sobre Hiroshima e Nagasaki, transmitida afinal por uma cadeia de comando desde sempre projetada para o exercício do poder soberano.

## **Marco civil**

Embora se trate de um país formado à sombra da guerra — como se pode ler desde o título numa obra clássica de desconstrução de um outro mito não menos clássico acerca de uma sociedade pacífica sobre a qual a guerra sempre desa-

ba como uma calamidade externa<sup>27</sup> —, o seu processo de militarização (de resto um processo social análogo à industrialização, porém menos evidente em sua identificação que não a meramente ideológica em torno de valores e de condutas, ditas pejorativamente “militaristas”) é relativamente recente. A um só tempo retardado e em seguida acelerado pelas características anômalas mencionadas acima, quando foi acionado de vez, refundou por extenso a vida nacional, que por sua vez não conhecera, como lembrado, o militarismo oitocentista padrão, autoritário e patriarcal, cujo colapso a Primeira Grande Guerra precipitara. Por outro lado, mal se instalou e prosperou, puxou e comandou por uma via inédita a militarização do resto do mundo.<sup>28</sup> Mesmo não sendo uma coisa mas um processo — na definição sempre lembrada de Michael Geyer, “um processo social contraditório e de alta voltagem através do qual a sociedade se organiza para a produção da violência”<sup>29</sup> —,

27. Michael Sherry, *In The Shadow of War: The United States Since The 1930s* (New Haven, Yale UP, 1995).

28. Para um retrato de longa duração às vésperas do fim da Guerra Fria, John Gillis (ed.), *The Militarization of the Western World* (New Brunswick, Rutgers UP, 1989).

29. Michael Geyer, “The militarization of Europe 1914-1945”, capítulo da supracitada coletânea organizada por John Gillis, por exemplo, página 79. Isso não chega a comprometer a definição mais usual de Michael Mann, por exemplo, que também evita por sua vez a armadilha da visão do “militar” como um mundo tão à parte e distante que só se manifesta no mundo sublunar da sua contraparte, a social dita então “civil”, desfechando “golpes” justamente militares, sendo o primeiro deles e seu protótipo universal o de Napoleão Bonaparte em 1779. Sendo assim: “militarismo será definido no presente estudo como uma atitude e um conjunto de instituições que encaram a guerra e a preparação para a guerra como uma atitude social normal e desejável”, Michael Mann, *States, War and Capitalism* (Oxford, Blackwell, 1992, p. 124). Para o golpe inaugural do “militarismo”, que aliás sepultou de vez a promiscuidade aristocrática entre guerra restrita e rotineira e classes dirigentes do Antigo Regime, ver David Bell, *A primeira guerra total: a Europa de Napoleão e o nascimento dos conflitos internacionais como os conhecemos* (Rio de Janeiro, Record, 2012, p. 12).

o aparato institucional de que carece para deslanchar tem lá sua data e circunstância de nascimento. A data precisa pode variar, mas a circunstância permanece a mesma Era da Emergência inaugurada pelos vinte anos de crise do entre-guerras no século passado, cujo desfecho catastrófico se conhece.

Assim, é possível dizer que para Michael Sherry citado há pouco, a certidão de nascença da “definição militar da realidade”, cujo teor de verdade histórico está nos interessando identificar, pode ser reconhecida num registro peculiar, o discurso de posse de Roosevelt sobre o estado da União em março de 1933, recheado de metáforas militares e analogias com uma situação de guerra. De sorte que a crise econômica e o desemprego de massa deviam ser enfrentados como uma emergência de guerra, como se a nação estivesse sob ataque de um inimigo externo. Nesse *front* aliás, havia muita confusão numa Europa convulsionada entre revoluções sociais em marcha e contramovimentos fascistas de governo da crise, cuja tentação de resto alimentou muita paranoia local acerca do New Deal. Requeria-se em suma uma mobilização da população, por sua vez a ser organizada na forma de um grande e bem-treinado exército. Não custa lembrar que três anos antes, Ernst Jünger divulgara um ensaio-manifesto sobre a Mobilização Total, na qual a guerra contemporânea, tal como se revelara na “surpresa técnica” de 14-18, era concebida como um “gigantesco processo de trabalho” e seu modelo, oferecido pela recente e vitoriosa integração americana entre estrutura produtiva e Forças Armadas, demonstrada pela “prontidão” com que mobilizou recursos que nenhum Estado militar nos mol-

des prussianos clássicos conseguiria realizar.<sup>30</sup> E caso o Congresso falhe em sua missão, concluía Roosevelt, o Poder Executivo demandará plenos poderes para travar essa guerra contra a emergência econômica, social e política, com fascismo e bolchevismo pipocando à volta mundo afora. Um tal *war approach*, portanto, requeria como todo esforço de guerra, não só direção centralizada e supremacia do executivo, mas cooperação estratégica entre governo e as corporações relevantes, traduzindo enfim a gramática da mobilização social numa espécie de contrafogo para apagar os incêndios da dissidência social.<sup>31</sup> Analisando o mesmo período, digamos épico, do New Deal, e ainda mais precisamente, o mesmo discurso rooseveltiano de 1933, Mark Neocleous arrematará o argumento deslocando o centro de gravidade de todo aquele discurso da guerra e da emergência para a noção, hoje fetiche, de segurança, a seu ver o real conceito do New Deal.<sup>32</sup> Sendo segurança, desnecessário precisar, uma técnica de poder e governo – na qual um Veblen por certo não hesitaria em reconhecer uma das cifras bárbaras da modernidade – no geral recoberta por

30. Sigo as observações de Marcelo Jasmin acerca daquele Manifesto em que Jünger apresentou a Primeira Guerra Mundial como a primeira manifestação histórica de que afinal “despontava a era do trabalho”. Marcelo Jasmin, “Os homens que amam a guerra”, in Adauto Novaes (org.), *Fontes passionais da violência* (São Paulo, Sesc, 2015, pp. 286-91). Como veremos, na militarização do mundo em andamento hoje, o trabalho da guerra, na sua multiplicidade inusitada de *fronts*, tornou-se cada vez mais capital-intensivo. Mas ainda falta muito chão até alcançarmos essa definição militar da realidade. No fundo o paradigma, que tem a idade da Era Atômica, como logo veremos, não mudou, embora tenha passado a desmobilizar, e seletivamente, como na “seleção selvagem” descrita por Saskia Sassen, *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global* (São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016).

31. Michael Sherry, *op. cit.*, pp. 16-7.

32. Mark Neocleous, *Critique of Security* (Montreal/Ithaca, McGill-Queen's UP, 2008, cap. 3).

uma maquiagem gerencial prometendo sempre reforçá-la. A militarização cuja caracterização nos ocupa no momento seria então aquele processo que, da segurança social como motor da ordem econômica avançaria até sua expressão nacional de controle interminável.

Digamos então, fechando o círculo, que a “definição militar da realidade” materializou-se em 1947 — exatos dois anos depois de inaugurada a Era Atômica, uma era de emergência sem fim, como logo a definiria o nosso Wright Mills<sup>33</sup> — na forma de instituições e doutrinas promulgadas por todo um famigerado aparato legislativo. Mais uma vez o termo fetiche segurança induzindo o trânsito natural do New Deal (Lei de Segurança Social de 1935) à Doutrina Truman da recém declarada Guerra Fria, interna e externa. Na sequência, a nova Lei de Segurança Nacional criava o Departamento de Defesa, o Estado Maior Unificado, o Conselho Nacional de Segurança e enfim, a CIA, que dispensa apresentações.<sup>34</sup> Numa palavra, estava oficialmente criado o fetiche dos fetiches, o Estado de Segurança Nacional. Uma ruptura revolucionária nas formas americanas de governo, segundo Catherine Lutz, observando a chegada desse novo regime em Fayetteville/Fort Bragg. Novo regime nos seguintes termos, aliás, até onde sei, formulados originalmente por Sydney Lens<sup>35</sup>: os Estados Unidos ain-

33. Wright Mills, *A elite do poder*, ed. cit., p. 224.

34. Literatura interminável a respeito desse livro do Gênesis. Para ficar com a prata da casa, Perry Anderson, *A política externa norte-americana e seus teóricos* (São Paulo Boitempo, trad. Jorge Kormikiriakis, 2015, pp.39-40). Que também assinala o entroncamento dessa noção central e em contínua expansão de Segurança Nacional na longa tradição americana de fabricação de cenários alarmistas acerca da vulnerabilidade do país a ataques de toda sorte. Um outra definição militar subsidiária da realidade.

35. Sydney Lens, *Permanent War: The Militarization of America* (New York, Schocken Books, 1987).

da possuem um Congresso e um Presidente, porém desde 1947 — nesta data, um jornalista do *New York Times* declarou inaugurada a militarização do governo e do estado de espírito americano — passou a ter de fato dois governos, um aberto à visitação pública e operando mais ou menos às claras, o outro operando na sombra — da guerra, precisamente —, secreto e autoritário, em estado de guerra permanente e intervenções encobertas recorrentes. Pois é essa nova forma de governo dual, ou melhor, o seu efeito mais desconcertante — fora o choque da erosão continuada do sacrossanto *rule of law* —, que segundo Catherine Lutz, Wright Mills teria visto e denominado então “definição militar da realidade”: qualquer iniciativa de governo, de um sistema de rodovias à localização de um subúrbio, das mais às menos relevantes, nada que não passasse por esse crivo, que poderemos chamar provisoriamente de estratégico, com risco de banalizar a visão de nosso sociólogo.<sup>36</sup>

E no entanto, por mais contraintuitivo que pareça nessa trama toda, as flagrantes digitais de almirantes e generais são as que menos contam. Aqui a novidade da era que se abria. Os Estados Unidos seriam a contraprova de um teorema de época que afirmasse a tese de que uma nação “militarizada” não está necessariamente, e nem precisa, sob o jugo de instituições militares e castas afins. No enunciado completo de Michael Sherry: os líderes civis americanos, na maioria das vezes, perseguiram objetivos de segurança nacional e abraçavam valores militares com muito mais fervor e convicção do que os próprios oficiais em comando; e mais, uma sociedade assim militarizada (ainda pouco sabemos como) não precisa ser ou parecer *war-like*, no sentido de exaltar e celebrar a guer-

36. Catherine Lutz, op. cit., p 85.

ra, além do mais, no caso específico americano, um leque de emoções públicas, como a apreensão ante a perspectiva de uma guerra, sem falar no desejo de navegar a favor da corrente numa sociedade afluente, tudo conspira para que o *ethos* da guerra não se desenvolva plenamente. E no entanto: de guerra em guerra, tanto as propriamente ditas quanto as analógicas porém não menos letais, meio século de militarização, sempre em nome da segurança nacional e o fantasma de um país vulnerável, teria sido conduzido por uma casta dirigente sem uniforme. Dez anos depois, em meio aos desastres da Guerra no Iraque, Andrew Bacevich estenderia o argumento àquele momento de auge da doutrina do Novo Século Americano: a assim chamada classe militar que dita a chuva e o bom tempo em Washington, nem de longe é composta majoritariamente por militares da ativa, pelo contrário, seus membros mais influentes são políticos, funcionários civis, jornalistas da pesada e toda uma fauna de papagaios de pirata (*hanger-s-on*), plenamente imbuídos de uma visão de mundo que noutros tempos seria considerada “militarista”.<sup>37</sup> Além do mais uma visão não só anacrônica como a seu modo fora de lugar. Assim, quando a comédia do Ocidente dividido entrou em cartaz durante a temporada do invade-não-invade o Iraque, Bacevich foi um dos poucos a notar a ironia daquela situação de ilusões históricas trocadas: em uma das margens do Atlântico Norte, o *mainstream* europeu fantasiava à maneira americana antiga (não obstante, ou por isso mesmo, a violenta expansão territorial da República através da América do Norte) um sábio e profundo ceticismo recém adquirido em relação a guerras e exércitos,

37. Andrew Bacevich, *The New American Militarism* (Oxford/New York, Oxford UP, 2005, p. 226).

enquanto na sua margem ocidental, uma opinião dopada pela vitória na Guerra Fria flertava com o militarismo de alemães e franceses de um século antes, a ponto de encarar a assim chamada Guerra Americana Pelo Grande Oriente Médio<sup>38</sup> nos moldes do que antes afetavam desprezar sob a designação depreciativa de *European Game*.<sup>39</sup>

## Um outro Consenso de Washington

Estamos ainda no marco zero de nosso argumento, nos primórdios da definição militar da realidade, ou melhor, da moderna redefinição da realidade deflagrada pela eclosão quase simultânea da Bomba e do Estado de Segurança Nacional e tudo o que daí se segue em termos de complexo industrial-militar-intelectual, também pioneiramente explorado por Wright Mills antes mesmo do batismo oficial por Eisenhower, mas sobretudo no que se refere ao centro nervoso do sistema que emergiu depois do fim do mundo tal como o conhecíamos até 1945: a espantosa simbiose, antecipada como assinalado pelo percurso político da ideia de segurança ao longo da Era Roosevelt, entre *Warfare* e *Welfare*, e da qual Marcuse soube extrair a semente de seu diagnóstico da sociedade industrial moldada pelo capitalismo organizado do pós-guerra, que o novo *establishment* concebera como um organismo vacinado contra megacrises como a de 1929. A saber, então: “a sociedade de mobiliza-

38. Pelo próprio Bacevich, aliás: *America's War For The Greater Middle East* (New York, Random House, 2016).

39. Andrew Bacevich, “Debellicised”, *London Review of Books*, 3 mar. 2005, p. 26.

ção total que se formou nos setores mais avançados da civilização industrial é a combinação produtiva de uma sociedade de bem-estar e de uma sociedade de guerra. Se a compararmos àquelas que a precederam, nos depa-ramos efetivamente com uma ‘nova sociedade’.”<sup>40</sup> Nou-tras palavras: uma economia cada vez mais ajustada à preparação de uma catástrofe militar, tornava a socie-dade cada vez mais “rica, vasta e agradável”.

Com sorte, veremos o que mudou e o que não mu-dou na trajetória da militarização contemporânea des-de aquele capítulo inaugural. Como lembrado, ainda não completamos o primeiro passo. Mesmo assim, não custa evocar de passagem a tal “classe militar” instala-da em Washington, por sinal o pântano no qual Trump mergulhou de cabeça, e do qual emergiu em dezembro de 2017 empunhando uma nova Estratégia de Segurança Nacional, cujo foco deixava de ser a contrainsurgência para voltar a se concentrar num cenário de conflitos futuros entre Grandes Potências movidas a tecnologias disruptivas, em suma, de volta à geopolítica das nações. Mas isso ainda é jargão.<sup>41</sup>

**40.** Herbert Marcuse, *L’homme unidimensionel* (Paris, Minuit, 1968, p. 49). Na Introdução, Marcuse sublinha a importância das ideias precursoras de Wright Mills, bem como as de Fred Cook, cujo *The Warfare State* foi recente-mente revisto por Debora Carvalho, “Relendo Marcuse: a sociedade unidi-mensional e o Estado beligerante”, in Paulo Ramos de Oliveira e Renato Franco (orgs.), *Políticas e poéticas do inconformismo* (Rio de Janeiro, Azougue, 2014).

**41.** Para um breve comentário heterodoxo acerca desse *revival* surreal, Adam Tooze, “Is This the End of the American Century?”, *London Review of Books*, 4 abr. 2019. Para um comentário igualmente fora de esquadro dessa inflexão histórica, José Luis Fiori, “Ética cultural e guerra infinita”, epílogo do livro coletivo por ele mesmo organizado *Sobre a guerra* (Petrópolis, Vozes, 2018). Duas palavras sobre esse fora de esquadro. No miolo por assim dizer formulador do volume em questão, a centralidade da guerra para a formação e a ex-pansão conflituosa do Sistema Interestatal no qual se apoia a longa duração do capitalismo histórico, não só é mantida e reforçada pela sua abordagem

Quanto ao marco civil do descomunal círculo militar no qual se converteu o megapoder concentrado em Washington, menos uma expressão geográfica do que o resumo da atual composição daquela mesma elite bárbara que Wright Mills entreviu no comando da afluência americana, eis então o diagrama de um outro Consenso de Washington.<sup>42</sup> Começando seu painel pelos escalões superiores do executivo, legislativo e judiciário federais, mais, é claro ainda no mundo oficial, os principais componentes básicos do Estado de Segurança Nacional, aos quais se incorporou depois do 11 de setembro o Homeland Security, para daí incorporar *think tanks* selecionados e grupos variados de

nos termos da Economia Política Internacional, como o seu entendimento é ampliado para além do âmbito bélico porém restrito da violência física e da batalha, nos moldes da estratégia clássica de modificar ou dobrar e aniquilar a vontade soberana do inimigo; e assim como esta, entendida como bem político supremo, não se deixa regular nem limitar, a guerra, neste seu circuito ampliado, também é ilimitada e perene, operando no coração de um sistema fundado no conflito estrutural perpétuo. Não é a menor das ironias que essa concepção amadurecida ao longo de anos de reflexão crítica acerca das assimetrias de poder constitutivas de um sistema no qual a guerra é normal e a paz uma exceção ditada pelo vencedor, tenha sido afinal consagrada pela reviravolta expressa na Doutrina Trump. Mesmo rebaixando as expectativas bélicas herdadas ao longo de uma longa tradição de pensamento estratégico, uma tal concepção ilimitada da guerra, que assim sendo não se diferencia dos demais conflitos sociais modernos, salvo pelo objetivo central de anular sem distinção de meios a soberania do antagonista, ao que parece estamos diante de uma “definição militar da realidade” ainda mais enfática do que as “variações militaristas” precedentes. Para uma recapitulação muito instrutiva desse percurso, ver o capítulo de Ricardo Zortéa Vieira, “Guerra e dinâmica sócio-política”. Qualquer que seja o rumo do presente estudo acerca da “grande regressão” armada em curso no mundo, teremos por certo um encontro marcado com essa concepção ampliada de guerra, ainda mais tendo como pano de fundo o laboratório brasileiro dessas ideias, sem falar é claro na conjuntura nacional disruptiva que se sabe.

**42.** A expressão retorna assim meio por acaso no inventário de Bacevich que passo a resumir, e no entanto não faltará quem veja no consenso de Washington original uma real operação de guerra, afinal ajuste estrutural e o grande torniquete das políticas de austeridade configuram de fato um bloqueio real, como se sabe, junto com a invasão, o ato de guerra por excelência. Cf. Andrew Bacevich, *Washington Rules: America's Path to Permanent War* (New York, Metropolitan Books, 2010).

pressão, aos quais se somam uma legião de advogados, lobistas, despachantes duvidosos (*fixers*), antigos altos funcionários, militares reformados que preservaram o acesso às altas esferas, Bacevich prossegue pela nebulosa que se espraia pelas adjacências constituídas por grandes bancos e financeiras idem, os sempiternos fornecedores, corporações e redes de televisão, o conjunto encimado pelas caixas ideológicas de ressonância, como os jornalões *New York Times* e *Washington Post*, entidades acadêmicas como Council on Foreign Relations e as Escolas de Governo, encabeçadas pela Kennedy, em Harvard; ninguém mais, ou quase, usa farda mas é uniforme e mandatória a crença na fórmula trinitária do Consenso: presença militar global; projeção de poder igualmente global, acoplada à política intervencionista também global; por fim, a infindável lista de clientes dessa macromolécula de *crony capitalism*, responsáveis pela persistência desse consenso monolítico em torno da segurança nacional: lucro, poder e privilégio para um sem número de personagens oficiais ou não, como as lucrativas “segundas carreiras” para almirantes e generais nas indústrias de armamento<sup>43</sup> ou firmas de consultoria, numa palavra, é toda a vida pública irrigada pelo dinheiro grosso fluindo do Pentágono, segredo de Polichinelo que mesmo assim ultrapassa o envelhecido conceito de complexo industrial-militar. Talvez tenha sido isso quem sabe o que E. P. Thompson queria dizer quando afirmou que os Estados Unidos não têm simplesmente um descomunal

**43.** Por sua vez convenientemente dispersas por regiões remotas que se tornam então dependentes da indústria de defesa e assim pressionam seus representantes políticos, cujas campanhas por sua vez são financiadas etc. Este apenas um aspecto do impressionante panorama apresentado por Rebecca Thorpe sobre a grande política do gasto militar. *The American Warfare State* (Chicago, Chicago UP, 2014).

complexo industrial-militar, eles são esse complexo. Mas estávamos então no auge da Guerra Fria, que naquele momento parecia ter assumido um “impulso autônomo de auto-geração por conta própria”, um momento de paroxismo que Thompson chamou de propriamente exterminista.<sup>44</sup> Sem dúvida, uma definição paroxística mas ainda militar da realidade. Voltemos então à sua primeira formulação em Wright Mills.

### Militarismo democrático?

Não é fácil atinar com a ironia oculta da fórmula.<sup>45</sup> Seja como for, Martin Shaw, no capítulo que se acabou de

44. E. P. Thompson AAVV, *Exterminismo e Guerra Fria* (São Paulo, Brasiliense, tradução Denise Bottmann, 1985, pp. 44-5).

45. Deparei-me pela primeira vez com a expressão, entre aspas e sem indicação de origem, no primeiro capítulo do livro de Martin Shaw, *Post-military Society: Militarism, Demilitarization and War at the end of de Twentieth Century* (Philadelphia, Temple UP, 1991, p.12). Anos mais tarde, Grégoire Chamayou, voltou a empregá-la, desta vez remetendo a uma tese de 2008 na Universidade de Chicago, de Jonathan Caverley, *Death and Taxes: Sources of Democratic Military Agression*. Grégoire Chamayou, *Teoria do drone*, ed. cit., pp. 206 e 279. Por extenso, na reinterpretação de Chamayou da guerra teleguiada: “a partir do momento em que, também para os cidadãos, os custos da guerra se externalizam, o mesmo modelo teórico que anunciava a vinda do pacifismo democrático começava a predizer o seu contrário: o militarismo democrático. Os cidadãos, por estarem por sua vez imunes aos encargos vitais da guerra, se vem junto à decisão de aprová-la ou recusá-la, mais ou menos na mesma posição que o chefe de guerra frívolo cuja inconsequência assassina Kant denunciava. Quanto aos seus dirigentes, eles tem finalmente as mãos livres” (op.cit, p.206). Numa palavra, o trabalho sujo da guerra aos poucos foi sendo passado adiante, de sua base proletária-colonial até se esfumar na rotina de um software, mas ainda “trabalho”, só que “mediado por computador”, como se expressou Shoshana Zuboff, em artigo dos anos 80. Cf. da autora, “Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação”, Fernanda Bruno e alli, *Tecnopolíticas da vigilância* (São Paulo, Boitempo, 2018). Voltaremos ao ponto, isto é, se conseguir sugerir com alguma verossimilhança que o atual capitalismo de vigilância é a última definição militar da realidade.

mencionar empregou-a na esteira de algumas definições preliminares e nem um pouco conclusivas envolvendo militarismo, militarização, preparação para a guerra, *military build-up*, e sua contraparte inesperada, desmilitarização, e o paradoxo da correspondente exponenciação da violência nas sociedades pós-militares,<sup>46</sup> no intuito de acomodar as singularidades do mundo anglo-saxão, no qual predominam sociedades nas quais a preparação para a guerra tem um peso social decisivo sem que no entanto sejam necessariamente irrigadas pelas ideologias militares historicamente conhecidas. Com isso, foi abrindo caminho até redescobrir as reais implicações do diagnóstico original de Wright Mills ao se deparar com a fusão, numa única e toda poderosa casta dominante, dos ingredientes básicos das altas esferas política, econômica e militar, cuja autonomia relativa era um ponto de honra pelo menos oficial. Só que essa elite incontornável não era qualquer, seu controle àquela altura de meio PIB mundial estava lastreado por um arsenal nuclear, de cujo manejo decorria um regime de emergência permanente, que por sua vez pavimentava uma inédita e irresistível ascendência de uma outra casta, a militar.

Todavia não era esse o ponto do argumento, muito óbvio para revelar o que quer que seja acerca da Era Atômica que se abria juntamente com a blindagem da crise por uma “joint venture” entre capitalismo organizado e socialismo de caserna, que manteria o mundo sob controle ansiosamente à espera de uma guerra cataclísmica, não obstante travada convencionalmente a quente nas peri-

46. Para uma primeira aproximação do argumento a ser desenvolvido mais adiante, agora nos termos da redefinição militar atualmente em curso, Paulo Arantes “Notícias de uma guerra cosmopolita”, in *Extinção* ed. cit. pp. 55-57.

ferias coloniais.<sup>47</sup> Mas sim, e muito mais decisivo, a percepção verdadeiramente histórica, embora exclusiva da singularíssima excepcionalidade americana, de que era o *próprio sistema de poder no seu conjunto que havia se militarizado* — como Martin Shaw foi o primeiro a notar e extrair consequências a respeito do processo de militarização das sociedades contemporâneas, tal como se podia observá-las em meados nos anos 80. Uma militarização muito específica, mas nem por isso menos paradigmática para o mundo por vir, à vista da centralidade acachapante da Pax Americana. Ao empurrar a questão militar para o centro do sistema de poder, arrastando consigo todos os demais setores da elite, separou-o, tal núcleo decisório, de todos os outros níveis inferiores do poder americano. Aqui o fosso que se abriu: a militarização de todo o sistema de poder, devido a essa mesma separação radical, não se estendeu ao conjunto da sociedade — ainda menos na acepção mobilizadora da nação em armas da primeira metade do século.

Escrevendo em meados dos anos 1950, Wright Mills apenas entreviu o suficiente da tendência identificada em seu nascedouro por Martin Shaw. Quanto mais os Estados nuclearmente armados militarizavam seu núcleo decisório, no entanto oficialmente civil, mais dispensável se tornava a antiga “participação militar da sociedade”. Entendamo-nos, agora no resumo do paradoxo do militarismo moderno, segundo E.P. Thompson, emendando na visão de Wright Mills daquela conversão mútua de civis e militares: “sistema de armas intensivos em ciência civi-

47. Para a Guerra Fria como “joint venture”, ao retomar o enfoque, Mary Kaldor remete à ideias originais de E. P. Thompson, *Exterminismo e Guerra Fria*, citado anteriormente, e George Konrad, *Antipolitics*. Cf. Mary Kaldor, *Imaginary War* (Oxford, Basil Blackwell, 1990).

lianiza os militares, mas ao mesmo tempo cada vez mais os civis se militarizam”. No comentário do autor que estamos acompanhando, mais ou menos o seguinte: quanto mais destrutiva se torna a guerra, quanto mais dispendiosa se torna a preparação da guerra, e portanto quanto mais decisiva se torna sua influência na sociedade, mesmo assim os setores propriamente militares não se expandem tanto assim, pelo contrário, conhecem até uma não menos constante “civilianização”.

Apressando o passo do argumento original — a saber: “à militarização da elite política ou da estratégia econômica tem correspondido uma desmilitarização do emprego de massa, da vida e da política”<sup>48</sup> — Michael Mann, ainda no decorrer dos anos 80, e observando o espetáculo de *son et lumière* encenado pela nova quinquilharia produzido pela assim chamada Revolução nos Assuntos Militares (RMA, na sigla em inglês), e como que antevendo seu desdobramento numa escala calculada para tirar o fôlego na primeira Guerra do Golfo, notou uma segunda bifurcação no processo de mão dupla militarização/desmilitarização impulsionado pela quebra de todos os padrões acarretada pela vertigem nuclear. A seu ver, a ruptura da Era Atômica provocara uma “reprivatização da guerra pelas elites”, no molde das guerras restritas do Antigo Regime, e em contraste com o envolvimento direto das massas na primeira metade do século XX.<sup>49</sup> A singular militarização em curso não seria mais *up-front*. Apartadas das altas paragens em que se desenrola a ciência da dissuasão nuclear, e onde a preparação da guerra se tornou assunto secreto

48. Martin Shaw, *op.cit.* p. 14.

49. Michael Mann, “Roots and Contradictions of Modern Militarism”, in *States, War and Capitalism*, ed. cit.

e privativo de experts indistintamente civis e militares, as populações se veriam condenadas — porém altamente estimuladas pelo aparato de toda uma indústria cultural especializada — na condição de expectadores esportivos entusiastas, e cruéis como num arena romana, das novas guerras derivativas high tech. Militarização popular em suma, que se intensificaria com as intervenções do “humanismo militar” (Noam Chomsky) na primeira década do pós-Guerra Fria.

## Metafísica

A certa altura, Wright Mills começa a chamar de “metafísica” essa redefinição militar da realidade. Como vimos, disseminada como um verdadeiro senso comum e cujo foco irradiador se encontraria no processo de militarização da elite americana do poder. Metafísica sem maiúscula é claro, por certo confiando na ênfase inerente ao termo fora de esquadro no contexto cultural americano, encharcado, como se sabe, de positivismos e assemelhados por todos os lados. Como não dá maiores explicações, podemos especular um pouco a respeito da escolha de uma palavra tão negativamente sobrecarregada a ponto de sugerir uma regressão epistemológica, e claramente bárbara, quando associada ao explosivo renascimento militar que se seguiu ao fim da guerra, contrariando todas as *Greats Expectations* infladas pela derrota do nazifascismo. Não estou em absoluto sugerindo que a escolha terminológica de Wright Mills descenda, mesmo que apenas por afinidade ambiente, da linhagem evolucionária de Saint Simon e Comte, e que alcança o iconoclasta Veblen, passando obviamente pela impregnação geral da doutrinação industrialista de Herbert

Spencer. Mas alguma coisa faz pensar, quanto mais não seja para em seguida tirar do caminho a tentação de atribuir ao nosso autor esse preconceito progressista por excelência acerca da incompatibilidade de nascença entre sociedades industriais e sociedades “militantes”, como curiosamente se exprimia Spencer — e até mesmo Veblen, ao se referir, por exemplo à semente prussiana da Alemanha Imperial: o “militante” Estado Prussiano a seu ver era o que havia de “mais agressivo, mais irresponsável, além do mais arcaico (...)”.<sup>50</sup> Era tal a força do credo progressista na extirpação do arcaísmo militar pela generalização da racionalização econômica industrial, que Spencer, o seu tanto estupefato com a corrida armamentista na virada do século e em plena Belle Époque, chegou a falar num processo de “rebarbarização”.<sup>51</sup> Pois foi exatamente com o último capítulo dessa “rebarbarização” — o arremate nuclear — que Wright Mills se defrontou, e reagiu um pouco como Veblen, no encaço, este último, dos emblemas da persistência do estágio predatório na Modernidade, de cuja barbárie aos seus olhos o *ethos* guerreiro era uma evidência elementar, tanto quanto uma inocente bengala de passeio, sem falar é claro no consumo ocioso da guerra.<sup>52</sup> Resta por fim a nota dissonante que a fórmula por

50. Quanto ao *stablishment* militar, prosseguia Veblen, esse “conjunto de homens desadaptados”, seu destino é a decadência com o seu cortejo de formações disfuncionais. Cf. Thorstein Veblen, “A Alemanha imperial e revolução imperial”, volume Veblen da coleção *Pensadores* (São Paulo Abril Cultural, 1980, pp. 5-6).

51. Cf. Michael Geyer, “The Militarization of Europe, 1914-1945”, ed.cit. p. 180.

52. Na *Teoria das classes ociosas*, as digitais dos “métodos bárbaros da guerra” podem ser encontrados por toda parte, sobretudo nas passagens sobre a arquitetura de ostentação, obviamente na caça e na proeza esportiva, sobretudo se decifradas com a ajuda do ensaio de Adorno nos *Prismas*, “O ataque de Veblen à cultura”, explicando em 1941 como Veblen adivinhava nos traços considerados arcaicos os indícios do horror vindouro (Cf. T. W. Adorno, *Prismas*, São Paulo, Ática, trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida, 1998).

extenso de Wright Mills, *metafísica militar*, deixaria o patriarca Auguste Comte no mínimo estupefato, pelo oximoro de juntar no seu esquema evolutivo dois estágios em princípio antitéticos, salvo a escabrosa exceção bonapartista, aliás examinada de modo muito original na 57ª lição do *Curso de Filosofia Positiva*. Mas pode ser que a uma segunda leitura o “espírito geral da metafísica” exigisse mesmo a guerra e sua preparação permanente.<sup>53</sup>

A primeira entrada em cena da expressão “metafísica militar” nos deixa mais ou menos na mesma. Depois de concluir que a estreia triunfal dos Estados Unidos na Era Atômica instalara o país num regime de emergência permanente,<sup>54</sup> que por sua vez tornava a guerra, e um estado de intensiva preparação para ela, desde então, e até onde a vista alcançava, o novo normal do país, Wright Mills acrescentava algumas páginas adiante que o novo espírito do tempo, a perspectiva comum a todos as altas esferas de poder, exprimia “uma definição metafísica da realidade como essencialmente militar”<sup>55</sup>. A definição por certo é circular, mas tão inapelavelmente abrangente – afinal abarca toda uma era

53. Para um apanhado do “espírito geral da metafísica” em Comte, ver Mathews Bedendo, *O Comte republicano e crítica positivista das Luzes* (Dissertação de mestrado, USP, FFLCH, 2019, pp. 96-98).

54. Para o qual aliás, o jurista Clinton Rossiter, não mais tarde do que 1948 – quer dizer apenas um ano depois do lançamento da pedra fundamental do Estado de Segurança Nacional pela Presidência Truman – propôs uma arcabouço normativo específico: uma vez que na Era Atômica em que o mundo está entrando o uso de poderes constitucionais emergenciais será a regra e não mais a exceção, em boa lógica nada mais recomendável do que imaginar a alternativa de uma Ditadura Constitucional. Clinton Rossiter, *Constitutional Dictatorship: Crisis Government in the Modern Democracies* (New Brunswick/London, Transaction, 2002 [1948]).

55. *A elite do poder*, ed. cit., p. 237.

que se apresenta como a derradeira, tal a ameaça de um fim que paira sobre ela desde a sua primeira hora – que a sua pretensão de verdade alcança dimensões propriamente metafísicas. Um capítulo adiante, a noção reaparece no início para escarnecer do realismo *crackpot* em que os militares passaram a encarar a “seriedade” da guerra. No livro seguinte – febrilmente lido no Brasil e no mundo enquanto se farejava no ar do tempo o cheiro de queimado da crise dos mísseis de outubro de 1962 –, no qual afirmava que as causas da próxima guerra mundial no fundo se reduziam a uma só, os sistemáticos preparativos para esta mesma guerra, dedicará todo um capítulo aos “metafísicos militares”, trivialmente os agentes de uma “metafísica da violência”, entendida como uma crença “dogmática” (desde Kant, contraponto ao exame crítico da razão, dogmático passou a ser, também rotineiramente, sinônimo de metafísica – mas esta circunstância, por enquanto anedótica, ainda não vem ao caso) na ameaça de violência como um “fator real”.<sup>56</sup>

O xis está na eficácia performativa desse “fator”. Nele se cruzam duas dimensões. Primeiro o “absurdo” da situação, o absurdo da definição militar da realidade. (Não creio que Wright Mills tenha sequer ouvido falar em Camus, se tivesse alguma notícia com certeza repudiaria o que a seu ver pareceria uma normalização da situação absurda em que o mundo estava mergulhando). A rigor a guerra diante da qual nos encontramos tornou-se *causa sui* – esta a primeira dimensão, cujo *nonsense* só pode beirar... a metafísica. Daí a circularidade da definição. Uma fonte remota dessa visão poderia ser uma das teses de Alfred Vagts, cuja *História do militarismo* (1937) ainda era na ocasião uma referência

56. Wright Mills, *As causas da próxima guerra mundial* (Rio de Janeiro, Zahar, tradução Waltensir Dutra, 1962 [1960]).

obrigatória, a saber: a preponderância dos meios (militares) sobre os (seus) fins (políticos).<sup>57</sup> Por certo, uma objeção formulada de um ponto de vista “civil”, além do mais enunciada em sua hora de apreensão liberal máxima. Seja como for, o que Wright Mills julgava estar vendo era essa mesma inversão de meios e fins se exponenciando a ponto de transformar a acumulação de poder militar num fim em si mesmo.<sup>58</sup> Nos devolvendo assim à visão absurda de que as condições para a paz resultariam da “acumulação de um poder militar cada vez maior”. A segunda dimensão decorre do modo pelo qual a pressentida Terceira Guerra Mundial se aproxima. E ela caminha em nossa direção impulsionada pela força da inédita expectativa gerada justamente pela sua preparação.<sup>59</sup> Graças à definição metafísica da realidade como essencialmente militar, uma realidade que se confunde portanto com sua própria necessidade, esperar pela guerra passou a ser encarado como simples realismo.<sup>60</sup>

57. Cf. *A elite do poder*, ed. cit., p. 269; *As causas da próxima guerra mundial*, ed. cit., p. 64.

58. Por exemplo, *As causas da próxima guerra mundial*, ed. cit., p. 60.

59. “Os preparativos dessa Guerra constituem os elementos mais importantes das principais sociedades do mundo atual. Sua expectativa é provocada pelas definições oficiais da realidade mundial, em função das quais as elites no Poder tomam ou deixam de tomar decisões, os diversos públicos e a massa se deixam levar a uma aceitação fatalista, os intelectuais constroem sistemas e imaginam justificativas. A tendência e o impulso de uma Terceira Guerra Mundial são parte da sensibilidade contemporânea e constituem uma característica de nossa época.” *Id. Ibid.*, p. 17.

60. *Id. Ibid.*, p. 17. Por hora podemos apenas mencionar variantes posteriores dessa formulação original de Wright Mills acerca daquele “clima de guerra” envolvendo tudo e todos como um fogo de barragem difuso e inibidor. Penso na escala decrescente das expectativas alimentadas ao longo do Projeto Iluminista segundo Paul Virilio: a Metafísica da Guerra se encontraria justamente entre as duas Grandes Esperas dos tempos modernos, a da Revolução (ou mais exatamente, a da sua volta) e a do Grande Acidente. Ou ainda, no humor negro involuntário de Zaki Laïdi, segundo o qual poderíamos dizer, esclarecendo o fascínio sombrio da metafísica da guerra, que aquela espera da Terceira Guer-

Não tão simples assim, pois a definição militar da realidade não é bem mera constatação realista de um estado factual de coisas. À uma segunda aproximação, a metafísica militar em questão revela-se pelo contrário, sendo como se viu a expressão do poder em sua quintessência, e como tal, apanágio de uma autoridade com poder declaratório, de vida e morte aliás, pois ainda estamos falando de soberania, mostra-se não um conjunto de enunciados constatativos mas uma sequência de enunciados performativos distribuídos ao longo do tempo em que transcorre sua preparação, que não é portanto um procedimento qualquer mas uma feitura de atos de guerra a cada mudança de patamar tecnológico no sistema de armas. Não por acaso, a guerra também é algo que se declara. E assim sendo, cedo ou tarde, tende a se absolutizar e se tornar autorreferida como um ato de fala performativo.<sup>61</sup>

ra Mundial teria sido o último “horizonte de sentido” da modernidade que nascera como um processo orientado para o futuro, no caso da Guerra Fria, uma Queda anunciada. Para um comentário, o primeiro estudo de *O novo tempo do mundo*, Paulo Arantes (São Paulo, Boitempo, 2014).

**61.** Até onde sei, a ideia de distinguir um “discurso sobre a guerra” (Clausewitz) e um “discurso da guerra” (Hegel) – uma nuance e tanto no arsenal de combate na radicalização do estruturalismo francês de 1960 –, e classificar este último como um enunciado performativo, tal como o definia por exemplo, Émile Benveniste — brevemente: aquele modo de enunciação próprio aos atos de fala de uma autoridade, como o presidente de um tribunal declarando aberta a sessão, ao invés de constatar como qualquer mortal que a janela está aberta, enunciando que em si mesmo é um acontecimento porque produz o acontecimento, de sorte que o significado é igual ao referente – e assim procedendo, concluir que a guerra pode muito bem ser um discurso (pelo menos desde que a demasia hegeliana entrou em cena) e um discurso autorreferido, e a guerra (ainda nos termos “deslucados” do jovem Hegel) um processo que carrega consigo o seu próprio fim, assim como a própria política é um meio sem fim ou não tem outro fim que não ela mesma: tudo isto e muito mais remonta ao livro de André Glucksman, publicado em 1967, *Le discours de la guerre* (Paris, L’Herne, Col. 10/18, 1974, pp. 117-8, pp. 128-9). Um livro injustamente esquecido, juntamente com a ebulição da Teoria em Maio de 1968, no caso uma leitura maoísta da Crise Cubana dos Mísseis, com o qual cedo ou tarde precisaremos acertar contas no decorrer da presente genealogia da Metafísica da Guerra.

Pois a visão inaugural de Wright Mills quando ma-  
drugava a Era Atômica era precisamente a percepção da  
culminação terminal do “discurso da guerra”, e a con-  
sequente abolição da referencialidade, mas agora numa  
acepção que mais adiante se verá.<sup>62</sup> Daí o desespero por  
assim dizer iluminista de Wright Mills. Sabe que está  
descrevendo um processo fetichista numa dimensão su-  
perlativa, e no entanto sabe também que não basta, por  
exemplo, remontar o relógio nuclear até a hora zero de  
Hiroshima e demolir um mito gerador da Metafísica Mi-  
litar, a decisão de lançar a Bomba como expressão de uma  
necessidade justamente... militar. O fetiche da arma abso-  
luta já estava de pé fazia tempo.<sup>63</sup>

## Sujeito automático

Um automatismo de novo tipo de fato entrara em cena.  
Quer dizer, a metafísica militar passara a encarnar a pró-  
pria realidade do “real” – sem trocadilhos lacanianos des-  
ta vez. Segundo nosso autor, uma tendência para a guerra  
– “maciça, sutil, oficial” –, pura e simplesmente se tornara  
“autônoma”. Com isso caíam por terra distinções “ontoló-  
gicas” clássicas. Ou melhor, uma série de obsolescências

**62.** E já antecipamos em parte na Introdução deste estudo, como se há de lembrar.

**63.** Sem nenhum exagero ou demasia historiográfica, pode-se dizer que o as-  
sombro de Wright Mills com a Metafísica Militar, cristalizada pela decisão de  
lançar a Bomba, pode muito bem ter inspirado a literatura revisionista pos-  
terior – embora obviamente não esteja documentado, por exemplo, na obra  
de referência da corrente, Gar Alperovitz, *The Decision to Use The Atomic  
Bomb* (Nova York, Vintage, 1996), ainda que se faça uma menção à “imagina-  
ção sociológica” preconizada por Wright Mills no *Hiroshima. Why America  
Dropped The Atomic Bomb*, de Ronald Takaki (Boston, Little Brown, 1995).

são decretadas pelo acontecimento militar absoluto que se descortinou a partir de agosto de 1945. Tornara-se em primeiro lugar<sup>64</sup> obsoleta a distinção entre guerra e paz, inclusive em termos de cálculo entre meios e fins, não há mais “razoabilidade” na escolha (sic) entre uma ou outra, assim como nenhum objetivo político faz sentido quando o meio ele mesmo torna-se absoluto. Também se torna obsoleta a distinção dos alvos ditos estratégicos, pois todas as regiões do mundo tornam-se alvos indistintamente. Já nos deparamos na introdução deste estudo com as surpreendentes implicações deste axioma da metafísica militar: o *mundo como alvo*. Obsoleta igualmente a distinção entre militares e civis, à qual aliás já fomos apresentados graças à militarização do núcleo orgânico do sistema de poder mas agora, decorrência do axioma anterior, civis e militares se confundem numa multidão de “combatentes atônitos”; por fim encontram-se do mesmo modo condenadas à obsolescência, mas não pelas melhores razões, categorias milenares do pensamento militar: juntamente com a distinção entre armas estratégicas e táticas, é toda a perícia militar que se encontra relegada ao ferro velho, e com ela, a ideia mesma de algo como uma decisão militar na origem da ordem que despejou a Bomba, caiu na mesma vala comum das obsolescências decretadas pela Era Atômica. A Metafísica Militar, mesmo aniquiladora é oca e cega como os automatismos que sanciona.

Aqui um ponto de virada a ser sublinhado. Trinta anos ou mais de revisionismo historiográfico acumularam um sem número de evidências acerca de uma desconfiança perene quanto à origem factual da Guerra Fria. O alvo

64. Estou seguindo a enumeração sumária do próprio Wright Mills, *As causas da próxima guerra mundial*, ed. cit., p. 18.

de oportunidade era o Japão, mas o alvo último era uma declaração de continuidade da guerra de fundo de todo o período de crise anterior, anúncio de que a guerra com a União Soviética estava recomeçando, agora noutra pata-mar tecnológico. Wright Mills não estava discutindo esse segredo de Polichinelo ao atribuir à noção à primeira vista abstrusa de Metafísica Militar o impulso original da Terceira Guerra Mundial, mas afirmando que sua eclosão não decorreria de nada que se assemelhasse a uma “decisão” como nos bons velhos tempos da lógica militar com sujeito e predicado. Até porque a União Soviética, mesmo vitoriosa, estava tão exaurida e destruída como o Japão, sobre o qual desabou o mundo. Não havia porquê, salvo a existência da Bomba. Não faz muito, no ensaio já mencionado sobre o apocalipse nuclear, Jean-Pierre Dupuy recuperou, na perspectiva da presente discussão, a argumentação de um historiador revisionista a propósito das razões para o emprego de uma arma nuclear nas circunstâncias crepusculares que se sabe: “das seis opções de guerra à disposição do governo para obter a rendição japonesa sem a invasão do arquipélago, cinco foram ponderadas e depois rejeitadas, mas a sexta não foi sequer discutida, mas adotada de imediato: lançar a bomba atômica, talvez a decisão mais grave da história moderna, não foi nem mesmo uma decisão”.<sup>65</sup> Noutras palavras, a definição militar inaugural da realidade não dependeu nem mesmo de uma decisão. E assim vamos, de não-decisão em não-decisão, tal a autonomia inercial do processo, por isso batizado de metafísico, nos aproximando com velocidade variável da meia-noite

65. Jean-Pierre Dupuy, “Pensando o mal hoje: ensaio sobre o apocalipse nuclear”, ed. cit., p. 121.

no Relógio do Juízo Final.<sup>66</sup> Isso não é tudo. A opção da Bomba não foi sequer uma escolha raciocinada, acrescenta Jean-Pierre Dupuy, porque sua utilização já estava inscrita em sua própria existência. Como também esta conclusão poderia muito bem figurar no roteiro da metafísica militar reconstituída até aqui, não fosse ela uma tese original de Günther Anders, em torno do qual justamente gira o ensaio de seu intérprete francês. Logo chegaremos lá, à sua versão das “obsolescências” produzidas pela ruptura “metafísica” da Era Atômica. Vinte anos depois, o ponto luminoso da visão original de Wright Mills seria retomada por outro herético, E. P. Thompson. Assim como o capítulo central d’*A elite do poder* acerca da predominância avassaladora da preparação permanente para a guerra numa superpotência nuclear como os Estados Unidos fora mal-compreendido, e além do mais pela metade trivial

**66.** O artigo do historiador Barton Bernstein, comentado por Jean-Pierre Dupuy, foi publicado em 1986, justamente no *Bulletin of Atomic Scientists*, criado em dezembro de 1945 por uma dissidência interna nos meios científicos implicados diretamente na produção da Bomba. Sem surpresa, a Era Atômica nascia sob o signo da má consciência e suas contorções de praxe. Pois uma coisa era o temor de que os nazistas chegassem primeiro àquela máquina infernal que ocupara o centro das fantasias de aniquilação e redenção que povoaram os vinte anos de crise e concomitante mobilização para o inexorável reinício da Grande Guerra, apenas interrompida em 1918. Outra coisa era a percepção perturbadora de que o projeto fatal continuava avançando e acelerando quando era consenso que a guerra já estava perdida para os alemães, cujas iniciativas análogas, além de incipientes, aos poucos haviam sido deixadas pelo caminho. Pois bem: dois anos depois do Acontecimento, os editores incluíram na publicação anual do Boletim o diagrama de um relógio cujos ponteiros ora se aproximam ora se afastam de uma inequívoca hora final, meia-noite, na qual se associa a treva mítica derradeira a uma explosão cataclísmica cientificamente manufaturada. Nos últimos anos, no editorial explicativo acrescentam-se dados sobre o andamento da bomba climática e seus derivados. Essa peculiar figuração do novo estado das coisas – a vida que continua depois do impensável ter ocorrido – vale como qualquer outro emblema de época, mas todo mundo compreendeu quando adiantaram o *Doomsday clock* de três para dois e meio minutos, uma semana depois da posse de Donald Trump. Numa palavra, à qual certamente voltaremos: *tudo se passa como se há mais de setenta anos o tempo do mundo fosse simbolicamente medido pela maior ou menor proximidade do seu próprio fim.*

da mera ascendência dos militares, e não como expressão de uma militarização inédita – tanto conceitual como praticamente – do núcleo duro do poder social, do mesmo modo sua visão, igualmente na contramão do consenso progressista mundial acerca da próxima grande ofensiva imperialista, como se dizia então, sua visão de um processo inercial autonomizado foi descartada e de novo viram apenas, para melhor cerrar fileiras, mais uma denúncia, inspirada, é certo, das oligarquias militares e econômicas que empurravam o mundo para a guerra. Quantas vezes durante a mal vista Campanha de Desarmamento Mundial ao longo dos anos 1970/80, desqualificada pelo campo progressista imantado pelas lutas anti-imperialistas na periferia, como manobra diversionista, na melhor das hipóteses – E. P. Thompson não precisou ouvir que a Bomba é apenas uma Coisa, e uma coisa não pode ser um agente histórico.<sup>67</sup>

Justamente. Não é de hoje que sabemos, ou devíamos saber, que existem situações, históricas inclusive, em que as “coisas” desempenham um papel incomum. Günther Anders, que já estou começando a citar, pressentindo, ainda nos anos 1930, sua futura “psicologia da Bomba” já havia revelado o sistema de vasos comunicantes entre um fabulador realista como Kafka, ao inventar narrativas em que as coisas aparecem como seres vivos, aparelhos e objetos funcionam como “heróis”, como no caso de Odradek, cuja função parece consistir justamente em não ter uma função – e um outro fabulador não menos realista, e por força das coisas no campo de forças antagonistas no qual operava, o do fetichismo da mercadoria, desde sua menor célula

67. E. P. Thompson, “Nota sobre o exterminismo, o estágio final da civilização”, in *Exterminismo e Guerra Fria*, ed. cit., p. 18.

tronco até às manobras metafísicas do capital em pessoa, o Marx das primeiras páginas d’*O capital*, “narrando” a transformação da mesa numa “coisa sensível suprassensível”, e assim transformada em mercadoria, profetizando a Bomba cavalgada pelo vaqueiro-piloto no filme de Kubrick, “não se apoia mais nos pés sobre o chão, mas se firma sobre a cabeça e desdobra, no seu crânio de madeira, caprichos muito mais prodigiosos do que se começasse a dançar espontaneamente”.<sup>68</sup> Pois assim funcionam os sujeitos sem subjetividade, na percepção premonitória de Adorno, um ano antes da Bomba: “se a filosofia da história de Hegel tivesse incluído a nossa época, as bombas-robôs de Hitler teriam encontrado nela um lugar [...] entre os fatos empíricos selecionados nos quais se exprime mediata e simbolicamente o estado atingido pelo espírito do mundo. Como o próprio fascismo, os robôs são lançados ao mesmo tempo e desprovidos de subjetividade. Como ele, aliam a mais extrema perfeição técnica à cegueira total. Como ele, despertam um terror mortífero e são inteiramente vãos. – ‘eu vi o espírito do mundo’, não a cavalo mas sobre asas e sem cabeça”.<sup>69</sup> Depois de citar esta confirma-

68. Günther Anders, *Kafka: pró e contra* (São Paulo, CosacNaify, 2007, tradução Modesto Carone, p. 20).

69. T. W. Adorno, *Minima moralia* (São Paulo, Ática, tradução Luiz E. Bicca, 2ª edição 1993, p. 47). Não será mera curiosidade anedótica lembrar que Alfred Hitchcock viu em pessoa esse novo espírito do mundo, e dele extraiu mais de uma lição de método. Num ensaio sobre o cinema de Hitchcock, o crítico literário Davi Arrigucci Jr., depois de definir o suspense como “algo terrível trocado em miúdos e atenuado pelo aviso prévio” relembra que para o cineasta, o terror, ao contrário, é “algo que se instala de imediato para a surpresa do espectador”, e do qual teve experiência direta durante a guerra nos últimos bombardeios de Londres, evocada num texto seu, não por acaso intitulado “O prazer do medo”: “A bomba voadora fazia o barulho de um motor de popa, e o ruído no ar em cima da gente servia como um aviso de sua chegada iminente. Quando o motor parava, a bomba começava a cair e muito em breve explodiria. Os momentos entre o instante em que o motor começava a ser ouvido e sua explosão final eram momentos de suspense. A V-2, por sua vez, não fazia

ção-refutação de Hegel, Grégoire Chamayou, elaborando justamente uma teoria do *drone*, da violência armada sem combate, desfechada do alto de um avião sem piloto, do qual o sujeito (vá lá) desapareceu, deixando a história acéfala e o mundo, sem espírito, não poderia deixar de ter incluído, no intervalo das épocas, nessa pulverização da teleologia pela mecânica, a passagem pela experiência da Bomba, se é que se pode falar ainda em experiência: pois afinal, o que os nossos autores, Wright Mills e agora E. P. Thompson, vislumbraram na “correlação das forças mortas”,<sup>70</sup> se não perfilar-se no horizonte “o pesadelo de que as armas se tornem elas próprias os únicos agentes discerníveis da violência que conduzem”.

Sem é claro cometer o erro político de acreditar que “a automatização é ela mesma automática”.<sup>71</sup> Aliás bem ou

barulho até o momento da explosão. Qualquer um que tenha ouvido uma V-2 explodir e continuou vivo experimentou o *terror*.” In Davi Arrigucci Jr., *O guardador de segredos* (São Paulo, Cia. das Letras, 2010, p. 260) – que prossegue indicando como Hitchcock combinou as duas formas do medo na montanha-russa do enredo na arte de manipular o seu público-alvo, sem tirar nem pôr, e por certo sem maiores états d’âme, afinal já era experiência de arquivo. Quanto a ver novamente o Espírito do Mundo a cavalo, o historiador Daniel Sargeant desconfia que talvez tenha testemunhado uma cena equivalente só que o Napoleão da vez era Donald Trump e cavalgando um *golf kart*. Ironia involuntária à parte, ambos estariam empenhados em reduzir a destroços a ordem internacional. Com e diferença de que o Napoleão de nosso tempo estaria mais para o “sujeito sem subjetividade” de uma V-2. É bom não esquecer que Tolstói nem sequer abriu uma exceção para a gesticulação vazia de Napoleão no teatro das batalhas. O lance hiperbólico abre o já citado artigo de Adam Tooze, “Is This the End of the American Century?”: a sugestão de fato dá o que pensar, admite, embora resvale para a vala comum das incontáveis comparações históricas disparadas pelo homem-foguete sobre asas e sem cabeça Trump, República de Weimar no topo da lista. NB: mais à frente me explico melhor a respeito do público-alvo.

**70.** Como se exprimiu Castoriadis a propósito da evolução inercial dos respectivos arsenais nucleares durante a Guerra Fria. Cf. Cornélius Castoriadis, *Diante da guerra* (São Paulo, Brasiliense, 1982, cap. 2).

**71.** Grégoire Chamayou, *Teoria do drone*, ed. cit., pp. 227-8.

mal, não perseguimos outra pista até agora do que a identificação do processo de construção de um automatismo fatal.

[**Continua:** este livro encontra-se em andamento]

## Bibliografia

ADORNO, T. W., *Dialética negativa*, Rio de Janeiro, Zahar, tradução M. A. Casanova, 2009.

—, *Prismas*, São Paulo, Ática, trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida, 1998.

—, *Minima moralia*. São Paulo, Ática, tradução Luiz E. Bicca, 2ª edição 1993.

ALPEROVITZ, Gar. *The Decision to Use The Atomic Bomb*. Nova York, Vintage, 1996.

ANDERS, Günther, *Le temps de la fin*, Paris, l'Herne, 2007.

—, *Kafka: pró e contra*. São Paulo, CosacNaify, tradução Modesto Carone, 2007.

ANDERSON, Perry, “The Military Philosophers”, *New Left Review* n.31, jan-fev. 2005.

— *A política externa norte americana e seus teóricos*, São Paulo Boitempo, trad. Jorge Kormikiriakis, 2015.

ARANTES, Paulo, “Guerra sem névoa”, *Extinção*, São

Paulo, Boitempo, 2007.

ARRIGUCCI JR., Davi, *O guardador de segredos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2010.

BACEVICH, Andrew, “The greatest person then living”, *London Review of Books*, 27 jul. 2017.

— *The New American Militarism*, Oxford/New York, Oxford UP, 2005.

— *America’s War For The Greater Middle East*, New York, Random House, 2016.

— “Debellicised”, *London Review of Books*, 3 mar. 2005.

— *Washington Rules: America’s Path to Permanent War*, New York, Metropolitan Books, 2010.

BEDENDO, Matheus, *O Comte republicano e crítica positivista das Luzes*, Dissertação de mestrado, USP, FFLCH, 2019.

BELL, David, *A primeira guerra total: a Europa de Napoleão e o nascimento dos conflitos internacionais como os conhecemos*, Rio de Janeiro, Record, 2012.

BONNEUL, Christophe e FRESSOT, Jean-Baptiste, *L’événement anthropocène*, Paris, Seuil, 2013.

CARVALHO, Debora, “Relendo Marcuse: a sociedade unidimensional e o Estado beligerante”, in RAMOS DE OLIVEIRA, Paulo e FRANCO, Renato (orgs.), *Políticas e*

poéticas do inconformismo (Rio de Janeiro, Azougue, 2014.

CASTORIADIS, Cornélius. *Diante da guerra*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CHAMAYOU, Grégoire, “Nota introdutória sobre sociedades com alvos direcionados”, *Novos Estudos*, CEBRAP, n.102, julho de 2015.

— *Teoria do drone*, de Grégoire Chamayou, São Paulo, CosacNaify, 2015.

CHOW, Rey, “The Age of the World Target: War, Vision and Cultural Politics”, *The Age of the World Target*, Durham, Duke UP, 2006.

DA VEIGA, José Eli, *O Antropoceno e a ciência do sistema Terra*, São Paulo, Ed. 34, 2019.

DANOWSKI, Déborah e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, *Há mundo por vir?*, Desterro, Cultura e Barbárie.

DELMAS, Philippe, *Le bel avenir de la guerre*, Paris, Gallimard/Folio, 1995.

DERRIDA, Jacques, “No Apocalypse, not Now: Full Speed Ahead, Seven Missils, Seven Missives”, *Diacritics*, vol. XIV, n.12, 1984

DUPUY, Jean-Pierre, “Pensar o mal hoje: ensaio sobre o apocalipse nuclear”, in Adauto Novaes, org., *A experiência do pensamento*, São Paulo, SESC, 2010

ENZENSBERGER, Hans Maguns, “Bilhões de todos os países uni-vos! Observações sobre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional”, in *Mediocridade e loucura*, São Paulo, Ática, Seleção e notas Marcio Sattin, trad. Rodolfo Krestan, 1995.

FIORI, José Luis, “Ética cultural e guerra infinita”, in FIORI, J. L., *Sobre a guerra*, Petrópolis, Vozes, 2018.

GILLIS, John (ed.), *The Militarization of the Western World*, New Brunswick, Rutgers UP, 1989.

GLUCKSMAN, André. *Le discours de la guerre*. Paris, L’Herne, Col. 10/18, 1974 [1967].

GREY, Chris Hables, *Postmodern War: the New Politics of Conflict*, Nova York, Guilford Press, 1997.

HIPPLER, Thomas, *Le gouvernement du ciel : Histoire globale des bombardements aériens*, Paris, Prairies Ordinaires, 2014.

HITCHCOCK, Alfred. “O prazer do medo”. In ARRIGUCCI JR., Davi. *O guardador de segredos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2010.

JASMIN, Marcelo, “Os homens que amam a guerra”, in Adauto Novaes (org.), *Fontes passionais da violência*, São Paulo, Sesc, 2015.

KAKUTANI, Michiko, *A morte da verdade: nota sobre a mentira na Era Trump*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2018.

KALDOR, Mary, *Imaginary War* (Oxford, Basil Blackwell, 1990)

KLEIN, Naomi, *A doutrina do choque*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Olivier, “Portrait de l’intellectuel en soldat”, *Le monde diplomatique*, março de 2019

LAVINAS, Lena, “21st Century Welfare”, *New Left Review* n.84, nov-dec 2013.

LASSERRE, Isabelle, *Le réveil des armées*, Paris, JC Lattès, 2019.

LEMARCHAND, Frédéric, “L’âge atomique”, in Yves Dupont, org. *Dictionnaire des risques*, Paris, Armand Colin, 2007.

LENS, Sydney, *Permanent War: The Militarization of America*, New York, Schocken Books, 1987.

LINDQVIST, Sven, *Maintenant tu est mort: le siècle des bombes*, Paris, Le Serpent à Plumes, 2002.

LOPES DOS SANTOS, Luis Henrique, “A essência da proposição e a essência do mundo”, apresentação do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, São Paulo, EDUSP, 1994.

LUTZ, Catherine, *Home Front*, Boston, Beacon Press, 2001.

MANN, Michael, *States, War and Capitalism*, Oxford, Blackwell, 1992.

MARCUSE, Herbert, *L'homme unidimensionnel*, Paris, Minuit, 1968.

MBEMBE, Achille, *Politiques de l'inimitié*, Paris, La Découverte, 2016.

MOUNT, Yasha Mounk, *O povo contra a democracia*, São Paulo, Cia. das Letras, 2018.

NEOCLEUS, Mark, *Critique of Security*, Montreal/Ithaca, McGill-Queen's UP, 2008.

NORRIS, Cristopher, *Uncritical Theory: Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War*, Amherst University of Massachussets Press, 1992.

PECK, Jamie, *Workfare States*. Nova York, Guilford Press, 2001.

PRADO JR., Bento, "Entre o alvo e o objeto do desejo: Marcuse crítico de Freud", in Adauto Novaes org., *O desejo*, São Paulo, Cia das Letras, 1990).

ROSSITER, Clinton. *Constitutional Dictatorship: Crisis Government in the Modern Democracies*. New Brunswick/London, Transaction, 2002 [1948].

SARTRE, Jean Paul, "Uma ideia fundamental da Fenomenologia de Husserl: a intencionalidade", *Situações I*, São Paulo, CosacNaify, tradução Cristina Prado.

SASSEN, Saskia, *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*, São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016.

SEBALD, W.G., *Guerra Aérea e Literatura*, São Paulo, Cia. Das Letras, 2011.

SHAW, Martin, *Post-military Society: Militarism, Demilitarization and War at the end of de Twentieth Century*, Philadelphia, Temple UP, 1991.

SHERRY, Michael, *In the Shadow of War: the United States since the 1930's*, New Raven, Yale UP, 1995.

SMITH, P.D. , *Os homens do fim do mundo*, São Paulo Cia. Das Letras, 2008.

TAKAKI, Ronald. *Hiroshima. Why America Dropped The Atomic Bomb*. Boston, Little Brown, 1995.

THOMPSON, E. P., in AAVV, *Exterminismo e Guerra Fria*, São Paulo, Brasiliense, tradução Denise Bottmann, 1985

TOOZE, Adam, “Is This the End of the American Century?”, *London Review of Books*, 4 abr. 2019

VAGTS Alfred, *A History of Militarism (1937 – vs. Eds.)*.

VEBLÉN, Thorstein, “A Alemanha imperial e revolução imperial”, volume Veblen da coleção *Pensadores*, São Paulo Abril Cultural, 1980.

VIEIRA, Ricardo Zortéa, “Guerra e dinâmica sócio-política”, in FIORI, José Luis, *Sobre a guerra*, Petrópolis, Vozes, 2018.

VVAA, *Exterminismo e guerra fria*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

ZUBOFF, Shoshana, “Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação”, Fernanda Bruno e alli, *Tecnopolíticas da vigilância*, São Paulo, Boitempo, 2018.

WACQUANT, Loïc, *Punir os pobres: nova gestão da miséria nos EEUU*, Rio de Janeiro, Revan, 3ª ed., 2007.

WEBER, Samuel, *Targets of Opportunity*, Nova York, Fordhan UP, 2005.

WRIGHT MILLS, C. *As causas da próxima guerra mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, tradução Waltensir Dutra, 1962 [1960].

— *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, trad. Waltencir Dutra, 1962.





Este livro foi composto  
nas fontes Literata e Work Sans  
em julho de 2021.